



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITALIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

RELATÓRIO & CONTAS

2015

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DOS MERCADOS FINANCEIROS

2.1. Enquadramento Macroeconómico

2.2. Mercados Financeiros

3. O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DERIVADOS EM ANGOLA

3.1. Regulação do Mercado

3.1.1. *Política Regulatória*

3.1.2. *Compliance*

3.2. Supervisão do Mercado

3.2.1. *A Supervisão dos Organismos de Investimento Colectivo*

3.2.2. *Supervisão da Intermediação Financeira e Estruturas do Mercado*

3.3. Cooperação

3.3.1. *Cooperação Local*

3.3.2. *Cooperação Internacional*

3.3.3. *Integração da CMC na IOSCO*

3.4. Promoção do Mercado

3.4.1. *Desenvolvimento do Mercado*

3.4.2. *Comunicação Institucional*

3.4.3. *Academia do Mercado de Valores Mobiliários*

3.4.4. *Estudos e Análises*

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Enquadramento

4.2. Demonstrações Financeiras de acordo com o Regime de Contabilidade Pública

4.3. Demonstrações Financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Empresarial (PCG)

4.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

5. CAPITAL HUMANO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE



O ano de 2015 representou o culminar de uma intensa actividade regulatória no Mercado de Valores Mobiliários, o que permitiu a entrada em vigor de um diploma tão importante quanto o Código de Valores Mobiliários (aprovado pela Lei n.º 22/15, de 30 de Agosto) que, a par da Lei de Bases das Instituições Financeiras (Lei n.º 12/15, de 17 de Junho), contribui para uma decisiva reforma do sistema jurídico-financeiro do nosso País.

Além destas leis estruturantes (Código de Valores Mobiliários e Lei de Bases das Instituições Financeiras), a actividade regulatória desenvolvida pela CMC, em articulação e cooperação com outras entidades, resultou na publicação em Diário da República de outros cinco diplomas, designadamente o Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/15, de 16 de Setembro, que fixa o Regime Jurídico dos

Organismos de Investimento Colectivo (OIC) de Capital de Risco, o Decreto Legislativo Presidencial n.º 6-A/15, de 16 de Novembro, sobre o Regime Jurídico dos OIC de Titularização de Activos, o Regulamento n.º 1/15, de 15 de Maio, aplicável aos Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento, o Regulamento n.º 2/15, de 15 de Maio, sobre os Auditores Externos, e o Regulamento n.º 3/15, de 15 de Maio, sobre os Repositórios de Transacções.

O nível de completude regulatória e institucional atingido pelo mercado em 2015 permitiu, assim, orientar os recursos para as actividades de supervisão. Nesse sentido, foi desenvolvido o sistema de acompanhamento das instituições financeiras não bancárias sob supervisão da CMC. Para o efeito, foi configurado o Sistema Informático de Supervisão e Fiscalização (SISF), a par da concepção dos planos de contas para Instituições Financeiras Não-Bancárias e Organismos de Investimento Colectivo, que no decurso de 2016 serão publicados por Regulamento da CMC, aspectos que permitem a melhoria do processo de supervisão como um todo. A plataforma SISF, a que deverão ter acesso as entidades externas já no decurso do primeiro semestre de 2016, dará também suporte à difusão de informação por parte dos futuros emitentes.

Em simultâneo com as actividades de Regulação e Supervisão, a CMC envidou igualmente esforços em prol da dinamização do Mercado e com vista ao incremento dos níveis nacionais de literacia financeira. Cabe aqui uma referência particular ao arranque do Programa Operacional de Preparação das Empresas Nacionais para o Mercado Accionista (POPEMA), enquanto instrumento orientador das empresas nacionais que pretendam vir a ser admitidas na Bolsa de Dívida e Valores de Angola como sociedades abertas.

O exercício de 2015 registou ainda outros dois marcos decisivos, como foi o início, em Maio, das operações de registo na BODIVA no âmbito das transacções realizadas no mercado secundário de Títulos de Dívida Pública, bem como, o arranque formal do segmento de Dívida Corporativa, em Dezembro.

O ambiente de incerteza que se instalou um pouco por todo o mundo com a queda persistente dos preços das matérias-primas, principalmente do petróleo, veio acentuar ainda mais a necessidade de canais alternativos para financiar o desenvolvimento económico de forma sustentável. Para tornar possível esse objectivo estratégico é necessário o engajamento de todos os sectores da sociedade, como aliás já tem vindo a acontecer.

Termino com uma palavra de encorajamento aos colaboradores da CMC, a quem nunca é demais lembrar que só a busca permanente da excelência no seu desempenho profissional permitirá colocar ao serviço de todos os agentes económicos angolanos um Mercado de Capitais capaz de responder aos desafios, regulado e supervisionado de acordo com as melhores práticas preconizadas pela IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores).

Estamos juntos. Archer Mangureira

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DOS MERCADOS FINANCEIROS

2.1 Enquadramento Macroeconómico

a) Produto

O cenário macroeconómico mundial em 2015 foi marcado por incertezas, riscos e desafios para a gestão macroeconómica. Os riscos e desafios para a economia global surgiram principalmente pela desaceleração das principais economias emergentes, a queda no preço do petróleo e as políticas monetárias divergentes nos principais blocos económicos, que influenciaram o desempenho do produto mundial.

A economia mundial cresceu a um ritmo mais moderado, **3,1%**, abaixo dos **3,5%** inicialmente previstos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no relatório “*World Economic Outlook 2015*”, e inferior ao registado em 2014 (**3,3%**). Este ritmo de crescimento apresentar-se-á díspar entre as diversas regiões do mundo, devido à transferência de rendimento das economias produtoras para as consumidoras de petróleo e o impacto das diferentes políticas monetárias seguidas pelos principais bancos centrais.

A contribuir para este desempenho pior do que o esperado estiveram a degradação das expectativas em relação às economias emergentes, especialmente o abrandamento da economia chinesa. A taxa de crescimento da China deixou de ser de dois dígitos tendo caído para **6,8%**, em 2015. Até então, o seu crescimento tinha sido fortemente sustentado pelas exportações. Assim, para tornar-se mais robusta, a China deverá avançar para um modelo mais sustentável impulsionado pela procura interna.

Verificou-se assim, no ano em referência, uma disparidade nos desempenhos económicos das economias BRICS, tendo o Brasil e a Rússia entrado em recessão, com taxas de crescimento de **- 3%** e **- 4%**, respectivamente, tendo a África do Sul, por seu turno, registado uma diminuição no seu ritmo de crescimento de **1,6%** em 2014 para **1,4%** em 2015. A excepção dos BRICS foi a economia indiana, que registou uma taxa de crescimento de **7,5%**. O principal motor do crescimento indiano foi também a causa do fraco desempenho russo e sul-africano, isto é, a queda do preço do petróleo e de outras *commodities*, tendo em conta que a Índia é um grande importador, enquanto as últimas são fortes exportadoras. Já no caso do Brasil, podemos também adicionar, entre os fundamentos do mau desempenho, as incertezas resultantes da corrente crise política.

Por outro lado, a economia da Zona Euro manteve a trajectória de recuperação moderada, apresentando um ritmo de crescimento na ordem dos **1,5%**, enquanto os Estados Unidos da América cresceram a uma taxa de **2,6%**. Estes últimos tiveram a sua performance positivamente influenciada por uma combinação de baixos preços do petróleo, política monetária expansionista levada a cabo pelos respectivos bancos centrais e a recuperação da procura interna.

Para 2016, de acordo com as estimativas do FMI, a economia mundial deverá crescer **3,4%**. Apesar das melhorias registadas na Europa e nos Estados Unidos, permanecem incertezas no horizonte, especialmente nas economias emergentes, tendo em conta também a volatilidade no preço do petróleo. E no actual contexto de reduzida procura mundial por petróleo, os países produtores terão provavelmente de rever os seus níveis de produção e a sua base produtiva.

Desempenho do produto 2014-2016

	2014	2015	2016P
Mundo	3,3%	3,1%	3,4%
Estados Unidos da América	2,4%	2,6%	2,1%
Zona Euro	0,8%	1,5%	1,7%
BRICS	4,6%	4,0%	4,3%
Africa subsaariana	5,0%	3,5%	4,0%
Angola	4,4%	3,5%	3,2%

Fonte: IMF, WEO, Jan 2016.

b) Inflação

De acordo ao World Economic Outlook (WEO) (*update*) Janeiro 2016, verificou-se, em 2015, um crescimento significativo da inflação nas economias exportadoras de *commodities*, por via das depreciações nominais da taxa, enquanto o risco de deflação se acentuou nas economias avançadas.

A inflação média das economias avançadas situou-se em **0,3%**, contra **1,4%** verificado em 2014, perspectivando-se para 2016 uma taxa de inflação média de **1,2%**, muito abaixo da meta de inflação de **2,0%** dos Bancos Centrais dos EUA e da Europa.

Contrariamente, nos países emergentes e exportadores de *commodities*, em consequência do choque sobre o lado da oferta resultante da queda no preço do petróleo e demais mercadorias, verificou-se um aumento geral dos preços, com a inflação média a rondar os **5,6%**. Para 2016, em função do melhoramento da situação económica, as previsões apontam para uma redução das taxas de inflação para **6,3%** no Brasil e **8,6%** na Rússia.

c) Comércio

A Organização Mundial do Comércio (OMC) aponta para uma diminuição no nível de comércio internacional em 2015, na ordem dos **0,9** pontos percentuais comparativamente a 2014, com a taxa a fixar-se em **3,3%** no final do ano. Vários factores contribuíram para a fraca recuperação do comércio mundial em 2015, incluindo a desaceleração no crescimento do PIB das economias emergentes, uma recuperação desigual nos países desenvolvidos, o aumento das tensões geopolíticas e a ocorrência de flutuações cambiais fortes. Isto levou a uma deterioração das perspectivas, esperando-se uma recuperação lenta em 2016, com a taxa a evoluir para **4,0%**.

Segundo a OMC, esta tendência poderá ser parcialmente invertida com a remoção de medidas proteccionistas, melhoria da abertura dos mercados, entre outras reformas.

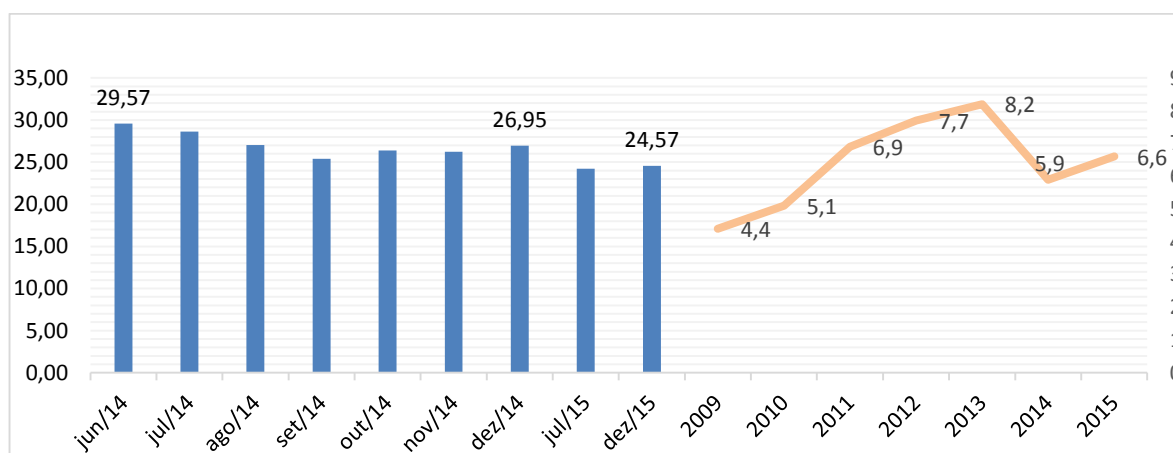
d) Economia Nacional

A economia angolana foi altamente afectada por um choque externo que condicionou seriamente o seu desempenho económico em 2015. Segundo o Relatório de Fundamentação do OGE 2016, a economia angolana cresceu **3,5%**, menos **0,9** pontos percentuais face a 2014. Na visão do FMI, este choque externo deverá prolongar-se em 2016, afectando a recuperação económica do país, com a economia nacional a crescer **3,2%**.

A par da alteração da política orçamental, foram ainda aprovadas medidas de controlo directo das importações (de natureza administrativa), visando a manutenção dos níveis das Reservas Internacionais Líquidas (RIL). No final de 2015, estas situaram-se em **USD 24,57 mil milhões** (abaixo dos **USD 26,95 mil milhões** registados no final de 2014), correspondendo a 6,6 meses de importações de bens e serviços.

A diminuição nos níveis de RIL é resultado da forte redução das receitas petrolíferas, provocada pela queda do preço do petróleo. A manutenção dos níveis das reservas tem sido também possível por via da desvalorização do Kwanza relativamente ao Dólar. Contudo, como foi possível prever, tem sido significativo o impacto sobre os custos de importação, incluindo matérias-primas estratégicas para a produção interna.

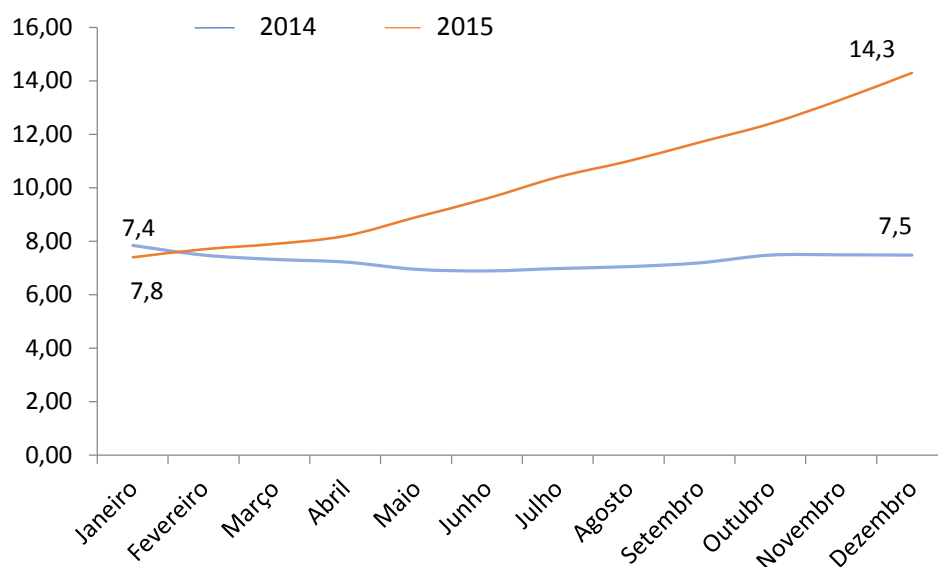
Reservas Internacionais Líquidas | Reservas em Meses de Importações



Fonte: Banco Nacional de Angola

Quanto à taxa de inflação, verificou-se um aumento significativo no ritmo de crescimento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) durante o ano de 2015. A taxa de inflação anual fechou o mês de Dezembro de 2015 nos **14,3%**, quase o dobro dos **7,5%** verificados no período homólogo em 2014. Esta tendência de subida da taxa de inflação é resultante da desvalorização do Kwanza, da imposição de limitações às importações e da redução à subvenção aos combustíveis, prevendo-se que a tendência de aumento da taxa de crescimento dos preços se mantenha ao longo de 2016, um ano que tenderá a ser desafiante no que diz respeito à condução da política económica.

Taxa de inflação homóloga



Fonte: INE

2.2 Mercados Financeiros

a) Mercado de Dívida Pública

Relativamente aos títulos públicos internacionais, verificou-se uma queda nos rendimentos dos títulos (yields) portugueses a 10 anos, de **2,69%**, no final de 2014, para **2,54%**, no final de 2015. Por outro lado, a yield grega a 10 anos seguiu uma trajectória ascendente, tendo fechado 2015 em **8,35%**. Ainda entre os países da Europa catalogados como periféricos, verificou-se um aumento nas yields das obrigações espanholas, cujo custo de financiamento passou de **1,61%**, no final de 2014, para **1,78%**, no final de 2015.

Quanto às economias mais avançadas da Zona Euro, as yields dos títulos de maturidade semelhante na Alemanha, França e Itália, caíram para **0,35%**, **1,10%** e **1,12%**, respectivamente, no final de 2015. Esta diminuição foi resultado do programa de compra de activos, no mercado secundário, do Banco Central Europeu (BCE) que limitou o efeito contágio da Grécia.

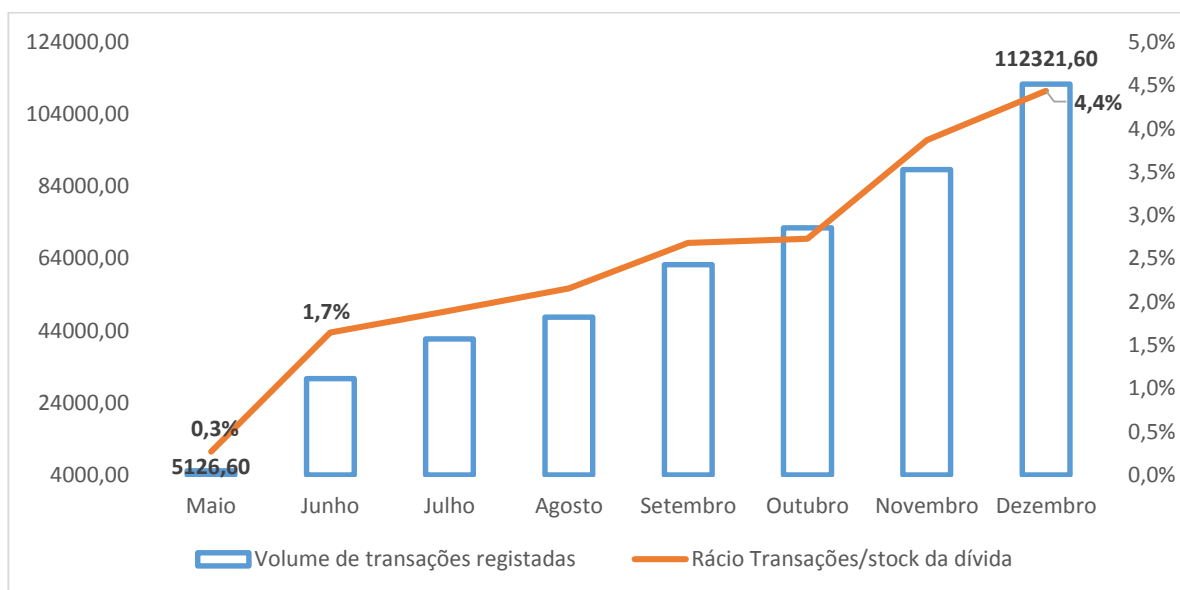
Nos Estados Unidos, a rentabilidade das obrigações de 10 anos apresentaram-se voláteis, com a yield a fixar-se em **2,27%**, em Dezembro de 2015.

Em Angola, o Tesouro emitiu títulos (Bilhetes e Obrigações) num total de **AOA 1.081,09 mil milhões**. Por outro lado, Angola emitiu Eurobonds, títulos representativos de dívida soberana, no mercado internacional, no montante de **USD 1,5 mil milhões**, a uma taxa de cupão de **9,5%**, para uma maturidade de 10 anos. No final de Dezembro de 2015, a taxa de retorno requerida pelas Eurobonds angolanas aumentou 2,63 pontos percentuais, fixando-se em **12,13%**, reflectindo um aumento da percepção de risco de incumprimento de Angola pelos investidores, muito devido ao impacto da queda do preço do petróleo sobre a solvabilidade financeira do Estado.

No mercado de registo de títulos do Tesouro (MRTT) da BODIVA foram registados negócios na ordem dos **AOA 4.610,11 mil milhões**, no período correspondente entre Maio e Dezembro de 2015, sendo que, os únicos intermediários foram os bancos comerciais.

No que se refere à liquidez deste mercado, verificou-se um aumento sustentado nos rácios¹ de títulos emitidos sobre o *stock* de dívida de **0,3%**, em Maio, para **4,4%**, em Dezembro. A avaliação deste índice de rotatividade mostra que o potencial de crescimento do mercado de registo é enorme.

Evolução do volume de negócios transaccionados no MRTT (AOA, milhões)



Fonte: BNA e BODIVA²

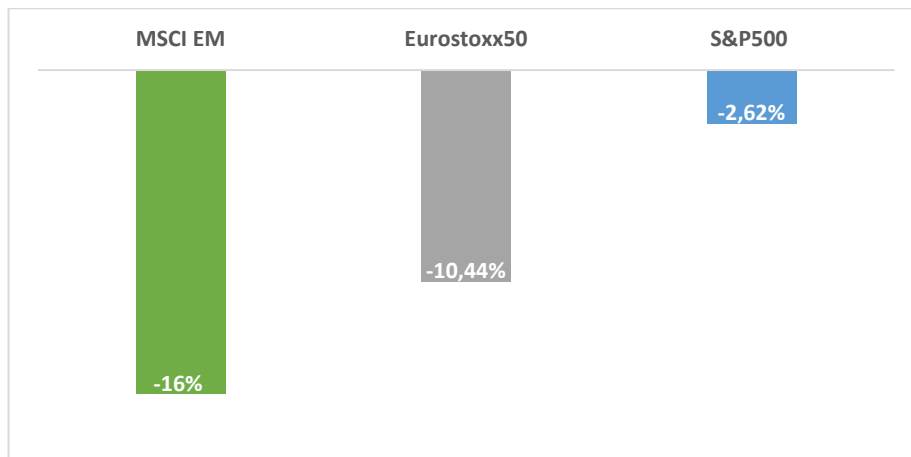
b) Mercado Accionista

Em 2015, os mercados accionistas mundiais apresentaram comportamentos distintos. Nos Estados Unidos, o índice S&P500 registou uma variação negativa de **2,62%**, penalizado pela expectativa de aumento da taxa de juro directora por parte da FED; na Zona Euro, o Eurostoxx50 apresentou uma variação negativa de **10,44%**, influenciado pelo risco de deflação na região e pela crise grega, muito embora o BCE tenha reagido com um programa de política monetária não convencional; nos mercados emergentes, no índice MSCI EM verificou-se igualmente uma variação acumulada negativa, na ordem dos **16,00%**, em função da queda no preço do petróleo e da desaceleração da actividade económica na China.

¹ Rácio de registos de obrigações sobre o *stock* de obrigações.

² O registo de negociações no MRTT da BODIVA teve início em Maio de 2015.

Comportamento de índices accionistas seleccionados (variação anual acumulada)



Fonte: Bloomberg

c) Mercado das *Commodities*

Durante o ano de 2015, as *commodities* apresentaram comportamentos negativos nas respectivas bolsas.

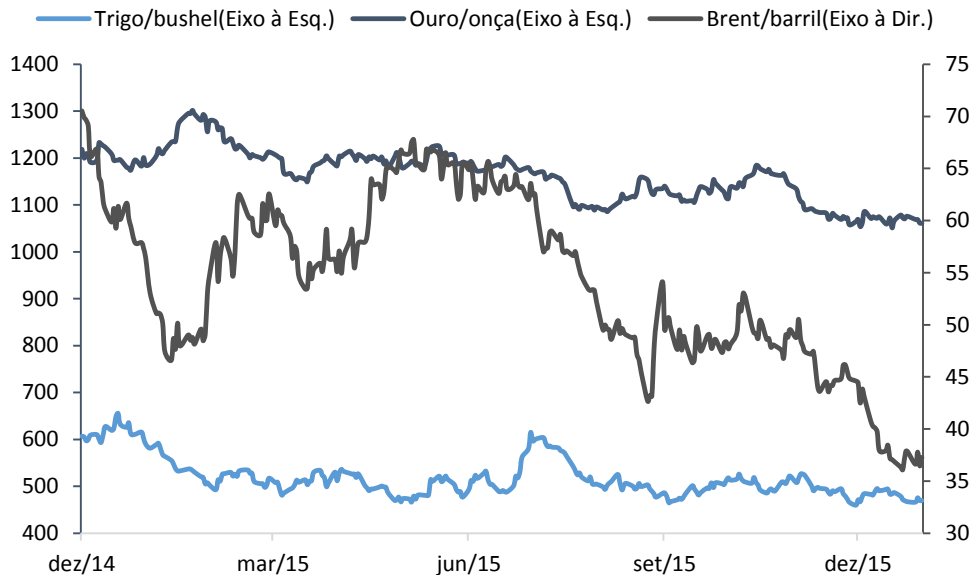
O Brent, petróleo de referência das exportações angolanas, começou por seguir uma trajectória de baixa, com o preço do *benchmark* inicialmente a cotar **USD 56,4/barril**. De seguida, houve uma ligeira recuperação no Brent, que chegou a estar cotado em **USD 67,5** em Maio, tendo porém fechado o ano de 2015 nos **USD 37,3/barril**.

Entre os principais motivos para a queda no preço do petróleo está a oferta excessiva dos países produtores num contexto de baixa procura, especialmente da China que constitui um dos maiores importadores desta *commodity*. Por outro lado, a entrada do Irão como produtor e o aumento da produção doméstica nos EUA, agravou ainda mais o excedente de petróleo no mercado.

Relativamente aos metais, o ouro registou uma variação acumulada negativa de **12,00%**. A principal causa para a volatilidade no preço do ouro foi a expectativa de aumento da taxa de juro de referência pela FED e a forte valorização do Dólar face a outras moedas mundiais, tendo em conta que o ouro constitui um activo de refúgio nos mercados financeiros.

Quanto aos cereais, o trigo apresentou uma variação negativa acumulada de **3,00%**, fixando-se em **USD 4,70/bushel** em Dezembro. As principais razões para a evolução verificada no trigo foram, por um lado, a apreciação do Dólar, que afectou as exportações americanas e levou a um aumento nos *stocks* de trigo no país – um dos principais produtores mundiais – e, por outro, o abrandamento da procura da Europa, um grande consumidor desta *commodity*.

Evolução das Commodities



Fonte: Bloomberg

3. O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DERIVADOS EM ANGOLA

3.1 Regulação do Mercado

3.1.1. Política Regulatória

Neste domínio, a CMC manteve o seu foco na criação de um quadro regulatório estável, com os seguintes objectivos específicos:

- Adequar o quadro normativo à nova estratégia para o mercado de valores mobiliários;
- Regular a actividade do mercado de valores mobiliários; e
- Realizar estudos necessários de suporte às medidas regulatórias que se prevê implementar no futuro.



Para materialização dos objectivos acima referenciados, o Departamento de Política Regulatória e Normas (DPRN) desenvolveu, em 2015, as seguintes acções:

- Acompanhar o processo de revisão da Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro – Lei dos Valores Mobiliários, para dar lugar à criação do Código de Valores Mobiliários, bem como de revisão da Lei 13/05, de 30 de Setembro – Lei das Instituições Financeiras:
 - ✓ Revogação da Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro – Lei das Instituições Financeiras e Publicação em Diário da República da Lei n.º 12/15, de 17 de Junho – Lei de Bases das Instituições Financeiras; e
 - ✓ Revogação da Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro – Lei dos Valores Mobiliários e Publicação em Diário da República da Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto, que aprova o Código dos Valores Mobiliários.
- Foi identificado um conjunto de regimes jurídicos e regulamentos cuja conclusão e elaboração se mostra de extrema importância para o lançamento das premissas da regulação do mercado de valores mobiliários:
 - ✓ Foram aprovados pelo Conselho de Administração da CMC 17 (dezassete) anteprojectos de diplomas, designadamente: (i) Regime Jurídico dos OIC de Titularização de Activos; (ii) Regime Jurídico sobre o Papel Comercial; (iii) Regime Jurídico das Taxas no Mercado de Valores Mobiliários; (iv) Regime Jurídico dos Fundos de Garantia das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados; (v) Regulamento sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento; (vi) Regulamento sobre os Auditores Externos; (vii) Regulamento sobre os Repositórios de Transacções; (viii) Regulamento sobre o Capital Social Mínimo das IFNB's; (ix) Regulamento sobre a Actividade de Consultoria para Investimento e Análise Financeira; (x) Regulamento sobre a Actividade de Notação de Risco e Serviços Complementares; (xi) Regulamento sobre os Emitentes; (xii) Regulamento sobre as Ofertas de Valores Mobiliários; (xiii) Regulamento sobre os Prospectos; (xiv) Regulamento sobre as Infra-Estruturas de Mercado; (xv) Regulamento sobre o Plano de Contas a Aplicar às IFNB's; (xvi) Regulamento sobre Plano de Contas dos OIC's; (xvii) Regulamento sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
 - ✓ Foram publicados em Diário da República 7 (sete) diplomas, nomeadamente: (i) Lei n.º 22/15, de 30 de Agosto, que aprova o Código dos Valores Mobiliários; (ii) Lei n.º 12/15, de 17 de Junho, Lei de Bases das Instituições Financeiras; (iii) Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/15, de 16 de Setembro, sobre o Regime Jurídico dos OIC's de Capital de Risco; (iv) Decreto Legislativo Presidencial n.º 6-A/15, de 16 de Novembro, sobre o Regime Jurídico dos OIC's de Titularização de Activos; (v) Regulamento n.º 1/15, de 15 de Maio, sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento; (vi) Regulamento n.º 2/15, de 15 de Maio, sobre os Auditores Externos; e (vii) Regulamento n.º 3/15, de 15 de Maio, sobre os Repositórios de Transacções;
 - ✓ Foram apreciados positivamente pelo Conselho Técnico do MINFIN 9 (nove) propostas de diplomas, designadamente: (i) Regime jurídico dos OIC de Titularização; (ii) Regime Jurídico sobre o Papel Comercial; (iii) Regime Jurídico das Taxas no Mercado de Valores Mobiliários; (iv) Regime Jurídico dos Fundos de Garantia das SGMR; (v) Regulamento sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento; (vi) Regulamento sobre os Auditores Externos; (vii) Regulamento sobre os Repositórios de Transacções; (viii) Regulamento sobre o Capital Social Mínimo das IFNB's; (ix) Regulamento sobre a Actividade de Consultoria para Investimento e Análise Financeira.

3.1.2. Compliance

Em observância das acções previstas para as Instituições Financeiras Não Bancárias, na legislação em vigor sobre o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (CBCFT), foram realizadas as seguintes actividades:

- Elaboração de bases técnicas do Regulamento sobre o Decreto Presidencial n.º 214/13 que regulamenta a Lei n.º 1/12, de 12 de Janeiro sobre a Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais:
 - ✓ Inserida no Regulamento sobre o Dever de Diligência.
- Elaboração da Lista de Red Flags (alertas):
 - ✓ Inserida no Regulamento sobre o Dever de Diligência.
- Elaboração do Regulamento da Lei n.º 03/14 da criminalização das infracções subjacentes ao CBCFT:
 - ✓ Primeira fase do processo iniciada em colaboração com o Departamento de Políticas Regulatórias e Normas.
- Elaboração do Regulamento sobre o Dever de Diligência:
 - ✓ Processo submetido ao Conselho Técnico do MINFIN.
- Actualização do Plano Estratégico Nacional de Combate ao Branqueamento de Capitais:
 - ✓ Primeira fase do processo concluída e remetida a Unidade de Informação Financeira (UIF).
- Preenchimento do Questionário do ESAAMLG sobre “o Branqueamento de Capitais no MVM” na Região:
 - ✓ Elaborado no âmbito do cumprimento das obrigações de Angola enquanto Estado-Membro do ESAAMLG e remetido à UIF.

3.2 Supervisão do Mercado

3.2.1. A Supervisão dos Organismos de Investimento Colectivo

Neste domínio, a prioridade em 2015 consistiu em dinamizar os mercados de dívida pública, dívida corporativa e mercado accionista, tendo sido destacados os seguintes objectivos:

- Processos de Autorização e Registo no Segmento dos Organismos de Investimento Colectivo:
 - ✓ Foram registadas quinze (15) entidades, designadamente:

1	Registo do PAI – Cesar Liberato;
2	Registo da SAESP – ECPAI, S.A.;
3	Registo da ILHA – SGOIC, S.A.;
4	Autorização da BIC Gestão de Activos – SGOIC, S.A.;
5	Autorização da GESTCES – SGOIC, S.A.;
6	Autorização da ALPHA1 – SGOIC, S.A.;
7	Autorização da RIAL 1 – SGPS, S.A.;
8	Autorização da BAIGEST – SGOIC, S.A.;

9	Autorização da BFA Gestão de Activos – SGOIC, S.A.;
10	Autorização para a transformação em Sociedade de Investimento Imobiliário Capital Fixo da Hipergest – SIICF;
11	Autorização de registo do ODELL FIIF – Retail Logistics;
12	Autorização de registo do ODELL FIMA – Liquidez;
13	Registo da SGOIC – BNI Asset Management – SGOIC, S.A.;
14	Registo de actualização de dois (2) PAI da Zenki Real Estate, Lda.
15	Registo do PAI da CPU Consultores Africa, Lda.

- ✓ Foram canceladas por caducidade três (3) entidades, designadamente:

1	Pedido de Autorização da SAVING – Sociedade de Investimento S.A.
2	Autorização da Real Fund Management – SGOIC, S.A.
3	Autorização da BIC Gestão de Activos – SGOIC, S.A

- ✓ Foram recusadas duas (2) entidades, designadamente:

1	Pedido de Registo do PAI – Pedro Volante
2	Pedido de Registo do PAI – Paulo Cascão

3.2.2. Supervisão da Intermediação Financeira e Estruturas do Mercado

Para tal foram realizadas no período em análise as seguintes acções:

- Estruturação de mecanismos de acompanhamento das IFNBs e Infra-Estruturas do Mercado:
 - ✓ Foram concluídos os seguintes projectos de regulamentos e propostas dos projectos de normativos:

Elaboração das bases técnicas para as instruções com base no regulamento das sociedades gestoras de mercados regulamentados
Elaboração das propostas de regulamentação para 2016
Elaboração das bases técnicas para as instruções para solicitação de informação financeira não contabilística (no âmbito do sistema de supervisão)
Regulamento sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimentos
Projecto de Regulamento do Plano de Contas das IFNBs
Projecto de Regulamento sobre os Fundos de Garantia das SGMR
Anteprojecto do DLP sobre as Taxas de Supervisão dos Serviços no Mercado de Valores Mobiliários
Projecto de Regulamento sobre os Capitais Sociais Mínimos das IFNBs
Projecto de Regulamento sobre as infra-estruturas de mercado
Bases Técnicas para as Instruções sobre o Envio de Informação à CMC

- Participar no processo de criação do plano de contas e implementar o plano de formação:
 - ✓ Foi concluída a proposta do Plano de Contas para as Instituições Financeiras Não Bancárias sob supervisão da CMC, aguardando-se pela sua publicação.

- Licenciamento de Instituições Financeiras Não Bancárias (IFNBs):
 - ✓ No período em referência foram analisados dezassete (17) pedidos de licenciamento, nomeadamente:
 - Seis (6) pedidos de autorização para constituição; e
 - Onze (11) pedidos de registo.
 - ✓ Foram concluídos os pedidos de autorização para constituição das seguintes sociedades:
 - Alpha 1 – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A (a sociedade foi autorizada duas vezes devido a caducidade do termo de autorização);
 - Alpha 1 – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A (a sociedade foi autorizada duas vezes devido a caducidade do termo de autorização);
 - Savings – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A;
 - Savings – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A.
 - ✓ Relativamente ao registo, foram analisados e concluídos os seguintes processos:
 - Africa Brokers – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A;
 - Banco de Negócios Internacional, S.A;
 - Banco de Poupança e Crédito, S.A;
 - Standard Bank de Angola, S.A;
 - Standard Chartered Bank Angola, S.A;
 - Banco de Comercio e Indústria, S.A;
 - Banco Sol, S.A;
 - Banco BIC, S.A;
 - Banco Prestígio, S.A.
- Acompanhamento dos agentes de intermediação:
 - ✓ Considerando o Programa de Acções de Supervisão da Intermediação Financeira e Infra-estruturas do Mercado para 2015, foram realizadas treze (13) acções de supervisão presencial, duas (2) visitas prévias e onze (11) inspecções, às seguintes Instituições:
 - Visita prévia:
 - ❖ Africa Alliance – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S. A;
 - ❖ África Brokers – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S. A;
 - Inspecção preliminar:
 - ❖ Madz – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A;
 - ❖ Growth – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A;
 - ❖ BODIVA – SGMR, S.A; (Duas vezes)
 - ❖ BFA, S.A – Agente de Intermediação;
 - ❖ BAI, S.A – Agente de Intermediação;
 - ❖ SCBA, S.A – Agente de Intermediação;
 - ❖ BPA, S.A – Agente de Intermediação;
 - ❖ BMA, S.A – Agente de Intermediação;
 - ❖ SBA, S.A – Agente de Intermediação;
 - ❖ BK, S.A – Agente de Intermediação.

- ✓ Relativamente à supervisão prudencial indirecta:
 - Foi feita a análise periódica da informação remetida pelas entidades por si supervisionadas;
 - Foram apresentadas as propostas de ferramentas e mecanismos de acompanhamento indirecto (incluindo indicadores e relatórios periódicos) no âmbito do *KILUNDU*.

c) Cooperação

3.3.1. *Cooperação e Relações Internacionais*

A estratégia de actuação da CMC definiu no domínio das relações institucionais a cooperação com instituições nacionais, congéneres de outras jurisdições e organizações internacionais, com a finalidade de promover e contribuir para o reforço da imagem institucional da CMC no País e no estrangeiro, e também fortalecer os laços de cooperação com base nos princípios e objectivos universalmente aceites.



Neste desiderato, reportamos as seguintes actividades:

- **Programa de Cooperação e Dinamização Local:**

- ✓ Foram celebrados cinco (5) acordos de cooperação com as seguintes Instituições:
 - Procuradoria-Geral da República – PGR;
 - Banco Nacional de Angola – BNA;
 - Rede de Mediatecas de Angola – ReMA;
 - Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – INADEC; e
 - Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola – OCPCA.

- ✓ Foram materializados os acordos de cooperação já assinados com as seguintes instituições:
 - Associação Industrial de Angola – AIA;
 - Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros – ARSEG; e
 - Unidade de Informação Financeira – UIF

- **Programa de Cooperação e Dinamização Internacional:**

- ✓ Foram celebrados três (3) acordos de cooperação com as seguintes congéneres:
 - Capital Markets Authority (CMA) – Quénia;
 - Securities and Exchange Commission (SEC) – Nigéria;
 - Capital Markets and Securities Authority (CMSA) – Tanzânia.
- ✓ Membro Ordinário do Comité de Supervisão Regulamentada:
 - Adesão ao Comité de Supervisão Regulamentada (LEIROC).

- ✓ Assistência técnica em matéria de supervisão com a congénere da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM) nas seguintes matérias:
 - Pedido de assistência relativo à apreciação da idoneidade;
 - Autorização prévia para exercícios de Funções; e
 - Envio de ofício para a dinamização da cooperação bilateral.
- ✓ Assistência técnica em matéria de supervisão com a congénere do Quênia, a Capital Markets Authority (CMA), em matéria de:
 - Solicitação de informação sobre *Corporate Governance* e envio do convite para indicação de palestrante na conferência sobre o tema, a ter lugar em Luanda.
- ✓ Assistência técnica em matéria de supervisão com a congénere do Botswana, a Non Bank Financial Institutions Regulatory Authority (NBFIRA), em matéria de:
 - Solicitação dos procedimentos em uso na NBFIRA sobre as diversas taxas (multas) aplicadas na sua jurisdição;
- ✓ Assistência técnica em matéria de supervisão com a congénere Financial Services Authority (FSA) Seychelles em matéria de:
 - Solicitação dos procedimentos em uso na FSA sobre as diversas taxas (multas) aplicadas na sua jurisdição;
- ✓ Assistência técnica em matéria de supervisão com a congénere da África do Sul, a Financial Services Board (FSB), na seguinte matéria:
 - Solicitação dos procedimentos em uso na FSB sobre as diversas taxas (multas) aplicadas na sua jurisdição;
- ✓ Assistência técnica em matéria de supervisão com a congénere da Zâmbia, Security Exchange Commission (SEC), na seguinte matéria:
 - Solicitação dos procedimentos em uso na SEC sobre as diversas taxas (multas) aplicadas na sua jurisdição;
- ✓ Assistência técnica em matéria de supervisão com a congénere da Namíbia, a NAMFISA, na seguinte matéria:
 - Solicitação dos procedimentos em uso na NAMFISA sobre as diversas taxas (multas) aplicadas na sua jurisdição;
- ✓ FSC – Ilhas Maurícias:
 - Contactos relativos a cooperação no domínio do desenvolvimento do Centro de documentação;
 - Conference call sobre o programa de educação financeira e solicitação do encontro à margem da Conferência Anual da IOSCO.
- ✓ SEC – Nigéria:
 - Assistência técnica em matéria relativa ao *Corporate Governance* e a possibilidade de prelecção sobre a matéria no II Fórum Banca;
 - Assistência técnica sobre o tratamento de documentos da IOSCO e partilha com as Unidades Orgânicas;

- ✓ SEC – Ghana:
 - Consulta sobre a implementação de procedimentos para a participação de investidores não residentes no mercado secundário de valores mobiliários;
- ✓ INTERBOLSA:
 - Solicitação de estágio presencial.

- **Programa de deslocações em serviço:**

- ✓ Participação na reunião do Fundo Monetário Internacional – EUA;
- ✓ Reunião Anual da AMERC – Omã;
- ✓ Participação no *workshop* sobre a plataforma de interação e cooperação entre os jovens do continente africano e da República Popular da China – Tanzânia;
- ✓ Participação na conferência sobre o Estado das Economias Africanas;
- ✓ Conferência Regional para os jovens líderes africanos sobre a Promoção, Integração e Desenvolvimento na Região;
- ✓ Participação 40ª Conferência anual da IOSCO – UK, Londres;
- ✓ Participação no Seminário da Africa Financial Services – UK, Londres;
- ✓ Conferência Regional da NWF-SADC e reunião do ESAAMALG – África do Sul;
- ✓ Participação na Conferência da Infra-estrutura Financeira – Turquia.

- **IOSCO:**

- ✓ Harmonização da legislação com os princípios da IOSCO:
 - Elaboração do Memorando de Harmonização do Projecto de Regulamento sobre o Registo das Sociedades de Notação de Risco.
- ✓ Elaborados os seguintes documentos:
 - Estudo sobre o mercado financeiro de Londres;
 - Roteiro de viagem;
 - Agenda da reunião geral e dos Comités da IOSCO; e
 - Resumos dos documentos de suporte às reuniões dos comités da IOSCO.



- ✓ Foram revistos, actualizados e submetidos à OICV – IOSCO, os principais documentos (Anexo B, Notas Explicativas, Declaração de Intenções e o Formulário de Candidatura) para o processo de candidatura a ser submetido ao secretariado daquela organização internacional;
- ✓ Foram respondidas duas sessões de baterias de questões da Equipa de Verificação com vista à avaliação da conformidade da legislação angolana com os princípios da IOSCO, no domínio do mercado de valores mobiliários.

- ✓ Produzido o relatório de progresso sobre o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários em Angola, para efeitos de reporte ao secretariado da IOSCO e aos Comitês (Regional Committee of IOSCO for Africa and Middle East – AMERC – e – Growth and Emerging Markets – GEM);
- ✓ Produção do reporte de informações do Mercado de Valores Mobiliarios de Angola para a revista trimestral dos Membros da AMERC.

- **International network on Financial Education (INFE/OECD):**

- ✓ Preenchimento e envio dos questionários:
 - Sobre “*Initial interest in international options for PISA 2018*”;
 - Sobre “*PISA 2018 Questionnaire Prioritisation*”;
 - Sobre “*NFE (2015) 5-REV2 – Questionnaire on Digital Finance*”
 - Sobre “*Stocktake Questionnaire On Financial Education For Msme And Potential Entrepreneurs*”;
 - Sobre “*Stocktake Questionnaire On Financial Education For Women And Girls*”.

- **COMITÉ DE AUTORIDADES DE SEGUROS DE PENSÕES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO-BANCARIAS (CISNA):**

- ✓ 1ª Reunião anual do Comité do Planeamento Estratégico e de Revisão da Performance (sigla inglesa – SPPRC) do CISNA, realizada em Luanda, no período de 9 à 11 de Fevereiro de 2015:
 - Preparação do Plano Estratégico do CISNA para o período 2016 – 2020.
- ✓ Comité do Planeamento Estratégico e de Revisão da Performance (sigla inglesa – SPPRC):
 - Elaboração da síntese da reunião do Comité do Planeamento Estratégico e de Revisão da Performance (sigla inglesa – SPPRC).
- ✓ Breakdown of tasks CISNA: Contextualization:
 - Elaboração do Breakdown of tasks CISNA: Contextualization.
- ✓ Participação, por *conference call* (devido as restrições orçamentais) da CMC na 34ª Reunião Ordinária do CISNA no Malawi:
 - Preparação do Plano Estratégico do CISNA para o período 2016 – 2020; Preparação da agenda da próxima reunião do SPPRC, agendado para os dias 16 e 17 de Julho do corrente ano;
 - Estruturação de um programa para participação de Organizações Internacionais (IOSCO, IAIS, IOPS) nas reuniões anuais do CISNA; Financiamento dos programas do CISNA; e
 - Outras acções relacionadas com os programas de familiarização.
- ✓ Participação na 35ª Reunião Bianual do CISNA realizada no período de 26 à 30 Outubro de 2015, em Maputo, Moçambique.

d) Promoção do Mercado

3.4.1. Desenvolvimento do Mercado

Neste domínio, em 2015 foram prosseguidos os seguintes objectivos específicos:

- Desenvolver as condições institucionais dos Mercados Regulamentados de Valores Mobiliários;
- Preparar as empresas nacionais para o Mercado de Valores Mobiliários;
- Promover a capacitação e formação profissional dos agentes do mercado;
- Apoiar os investidores no Mercado de Valores Mobiliários;
- Promover a Literacia Financeira;
- Identificar oportunidades de desenvolvimento dos mercados e de implementação de novos instrumentos financeiros;
- Elaborar análises e estudos e promover a investigação científica sobre o mercado de valores mobiliários; e
- Manter um acervo bibliográfico moderno e referenciado como centro especializado do Mercado de Valores Mobiliários em Angola.

Assim foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Projecto de desenvolvimento do Mercado de Derivados:
 - ✓ Foi aprovado e publicado o Projecto de Regulamento sobre os Repositórios de Transacções, faltando neste momento a publicação do regulamento conexo sobre as Infra-estruturas de Mercado, entretanto remetido para apreciação do Conselho Técnico do MINFIN.
- Projecto de Desenvolvimento de OIC de Titularização de Activos:
 - ✓ Foi aprovado em reunião do Conselho de Ministros o Regime Jurídico sobre OICs de Titularização de Activos, estando já publicado em Diário da República, faltando somente o regulamento conexo a este instrumento.
- Papel Comercial:
 - ✓ Foi apreciado positivamente pelo Conselho Técnico do MINFIN o Anteprojecto do Regime Jurídico sobre o Papel Comercial.
- Abertura da Conta de Capitais:
 - ✓ Decorrente da colaboração com o BNA, visando a elaboração do Aviso que permitirá a participação efectiva de investidores não residentes no mercado de valores mobiliários de Angola, foi concluído o referido aviso, aguardando-se pela sua aprovação.
- Projecto de desenvolvimento sobre Project Bonds:
 - ✓ Foi aprovado o programa de implementação dos Project Bonds pelo Conselho de Administração. Foi apresentado ao MINFIN e ao MINEC. Deu-se início à fase piloto para uma primeira emissão deste instrumento. Foram encetados contactos com o Banco Africano de Desenvolvimento e com outros bancos na praça, com experiência técnica, no sentido de apoiar na identificação de mecanismos de melhoria de risco de crédito, e identificar um projecto financiável por esta via.

- Projecto de Desenvolvimento sobre o Mercado de REPOs:
 - ✓ Foram desenvolvidos contactos com a BODIVA no sentido de assegurar que os sistemas acautelem a negociação dos acordos de recompra, vulgo REPOs, sendo que a infra-estrutura de pós-negociação já se encontra em funcionamento.
- Projecto de Desenvolvimento sobre o Mercado Secundário de Dívida Pública:
 - ✓ Já se transaccionam títulos de dívida pública na BODIVA e no decorrer de 2015 foram transaccionados por esta SGMR, o equivalente a USD 830 Milhões em Títulos de Dívida Pública.
- Projecto de Desenvolvimento sobre o Mercado de Balcão Organizado:
 - ✓ Foi elaborado um estudo de Benchmark sobre a operacionalidade deste segmento e a sua aplicabilidade em Angola.
- ✓ Foram pesquisadas diversas realidades, nomeadamente: Reino Unido, Portugal, Quénia, Ghana, e Tanzânia.
- Projecto de Desenvolvimento sobre a Bolsa de Mercadorias:
 - ✓ Foram feitas apresentações referentes ao modelo da bolsa a implementar para a Organização Mundial do Comércio e para o MINFIN. Foram elaboradas as bases técnicas para a operacionalidade da bolsa de mercadorias.
 - ✓ Foram realizadas as reuniões com os membros do Ministério do Comércio para integrar o grupo interministerial para a implementação da Bolsa de Mercadorias, constituído por técnicos seniores do Ministério do Comércio, Agricultura e da Comissão do Mercado de Capitais.
 - ✓ Deu-se início aos trabalhos da equipa multisectorial com vista à implementação de um projecto-piloto em 2017.

3.4.2. Comunicação Institucional

A Comunicação Institucional está orientada para os seguintes objectivos específicos:

- Promover a imagem institucional da CMC como entidade reguladora, supervisora e promotora do Mercado de Valores Mobiliários; e
- Atingir um nível de excelência na comunicação com os media.

Assim, ao longo do ano de 2015 a CMC organizou 36 eventos, dos quais realçamos os seguintes:

- Seminários:

- ✓ ISPTEC;
- ✓ Universidade Lusíada de Angola;
- ✓ Universidade Independente de Angola;
- ✓ Universidade Católica de Angola;
- ✓ Universidade Agostinho Neto;
 - Eventos realizados no âmbito do Programa de Literacia Financeira da CMC, que tiveram como objectivo aumentar o grau de conhecimento do mercado de capitais e dos conceitos e instrumentos a ele associados, com vista a educar os potenciais investidores e estimular a poupança e o investimento.
- ✓ Ministério das Relações Exteriores;
 - Destinado aos quadros do MIREX, com o objectivo de reforçar a cooperação entre a CMC e o MIREX na perspectiva de incrementar a diplomacia económica, no sentido de alavancar a captação do investimento directo estrangeiro através do mercado de capitais, bem como partilhar informação sobre os crimes transfronteiriços que ocorrem no âmbito do mercado.
- ✓ Ministério da Educação;
- ✓ Ministério da Cultura;
- ✓ Ministério da Comunicação Social
- ✓ Fórum Angolano de Investimento em Dívida Pública;
 - Destinado a Bancos, Investidores e Detentores de Obrigações do Estado, com o intuito de abrir a todas as partes interessadas a possibilidade de compra e venda dos Títulos de Dívida Pública já emitidos.
- ✓ Ministério das Finanças;
- ✓ Casa Civil da Presidência da República;
 - Destinado aos quadros da Casa Civil da Presidência da República, para a partilha de informação sobre a temática do Mercado de Capitais, os principais desafios e perspectivas do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados em Angola, com o objectivo de assegurar o desenvolvimento seguro e robusto deste mercado em particular, e do sistema financeiro angolano, no geral.



- ✓ Televisão Pública de Angola (TPA);
 - Destinado aos quadros da Televisão Pública de Angola (TPA), com o intuito de dar a conhecer os “conceitos chave” relacionados com o Mercado de Capitais, bem como a importância da Imprensa neste segmento do mercado financeiro.
- Feira Internacional de Luanda (FIL):
- *Roadshows* POPEMA:
 - ✓ Ministério da Indústria;
 - ✓ Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação;
 - ✓ Ministério dos Petróleos;
 - ✓ Ministério da Saúde;
 - ✓ Ministério das Finanças;
 - Eventos destinados à apresentação do Programa Operacional de Preparação das Empresas para o Mercado Accionista, constituindo este programa um instrumento orientador às instituições nacionais, tendo em vista a sua preparação e futura admissão na Bolsa de Valores.
 -



Foram publicadas 466 notícias sobre a CMC e sobre o mercado de capitais angolano, o que representa uma média mensal de 39 notícias.

Uma das principais ferramentas de gestão da comunicação institucional da CMC é o *website* institucional, www.cmc.gv.ao. Esta gestão é feita através de inserções de novos conteúdos, pela revisão de conteúdos já publicados e pela monitorização das visitas ao *website*. Assim, ao longo de 2015 o *website* da CMC foi visitado 64.061 vezes, por 42.279 utilizadores que efectuaram 148.319 visualizações de páginas. A duração média de visitas foi de 3 minutos e 11 segundos, em que 65,7 % foram de novos visitantes e 34,3% foram de visitantes recorrentes.

Foram produzidas e publicadas 33 notas de imprensa e 9 artigos de opinião de autoria dos colaboradores da CMC.

3.4.3. *Academia do Mercado de Valores Mobiliários*

No que concerne à formação, a CMC realizou, através da Academia do Mercado de Valores Mobiliários (AMVM), cursos de certificação, cursos sem certificação e cursos *in Company* (realizados nos bancos BNI e SOL), bem como tem acompanhado permanentemente a realização do curso de Mestrado em Mercado de Capitais, ministrado na Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto.

Estabeleceu protocolos de cooperação no âmbito da formação com instituições, nomeadamente Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Sociais da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (CEJES), Instituto Superior Politécnico de Benguela (ISPB) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAD).

3.4.4. *Estudos e Análises*

Este subdomínio apresenta um conjunto de estudos desenvolvidos e abaixo enunciados, que serviram vários propósitos, nomeadamente o de suporte à tomada de decisão do Conselho de Administração e o apoio técnico às várias unidades de estrutura que compõem a Comissão do Mercado de Capitais (CMC).



- Estudo sobre a Cadeia de Custos para Emitentes e Investidores nos mercados primário e secundário da dívida corporativa:
 - ✓ Estudo elaborado para avaliar o conjunto dos custos que um emitente suporta numa emissão de dívida corporativa e comparar com o custo de outras alternativas de financiamento.
- Experiências de Promoção da participação de PME's em bolsa:
 - ✓ Estudo elaborado no sentido de perceber as várias políticas e experiências para promover a participação das PME's em Bolsa, através de uma análise *Benchmark*.
- Experiências de políticas de dinamização do mercado de fundos de investimento:
 - ✓ Estudo elaborado com objectivo de perceber as políticas que se podem desenhar no sentido de fomentar a dinamização do mercado de fundos de investimento.
- Papel e o Funcionamento dos Mercados de REPOS:
 - ✓ Estudo elaborado com objectivo de entender o funcionamento do mercado de REPO's e esclarecer o seu papel na dinamização do mercado de capitais.

- Teoria e Indicadores de Desempenho do Mercado de Dívida:
 - ✓ Estudo elaborado para aprofundar o conhecimento sobre as qualidades desejáveis de um mercado e dos seus principais indicadores.
- Indústria de Fundos de investimentos: avaliação da performance relativa:
 - ✓ Estudo elaborado com o objectivo de aprofundar das principais abordagens sobre a performance dos fundos de investimento e se os mesmos constituem carteiras eficientes.
- Metodologia do Impacto da Regulação:
 - ✓ Estudo que tem como objectivo construir um modelo que permita proceder a avaliação do impacto regulatório, tornando a regulação produzida na CMC mais eficiente.
- Determinantes dos Fluxos Internacionais de Capitais:
 - ✓ Estudo elaborado para compreender as dinâmicas dos fluxos internacionais e os seus principais determinantes.
- Mercado de Capitais em África:
 - ✓ Estudo que visa conhecer as principais tendências e evolução dos mercados bolsistas em África.
- Risk Outlook: Abrandamento Económico da China
 - ✓ Estudo elaborado no sentido de compreender os principais factores do abrandamento económico chinês e possíveis consequências para o mundo e, particularmente, para Angola.
- Malásia: Macroeconomia & Mercados
 - ✓ Estudo elaborado para dar a conhecimento das tendências e modelos de organização da economia e dos mercados financeiros da Malásia.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Enquadramento

A Comissão do Mercado de Capitais, designada abreviadamente por CMC, é uma pessoa colectiva de direito público, com património próprio e autonomia administrativa e financeira, sujeita à superintendência do Chefe do Poder Executivo e à tutela do Ministro das Finanças.

A CMC tem a sua sede no município de Belas, Talatona, Rua do MAT, Complexo Administrativo “Clássicos de Talatona”, em Luanda, com o número de identificação de entidade institucional 7403008227, regendo-se pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, pela Lei n.º 11/13, de 7 de Setembro, Lei de Bases do Sector Empresarial Público, pelo Código de Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto, pela Lei n.º 12/15, de 17 de Junho, Lei Bases das Instituições Financeiras e pelo seu Regulamento Interno.



Constituem atribuições da CMC a regulação, a supervisão, a fiscalização e a promoção do mercado de capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham, directa ou indirectamente, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Proteger os investidores;
- b) Assegurar a eficiência, o funcionamento regular e a transparência do mercado de capitais;
- c) Prevenir o risco sistémico.

Constituem receitas das CMC as transferências do Orçamento Geral do Estado (OGE) e as taxas, conforme o Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro e o artigo 33.º, do Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho.

No que respeita ao regime financeiro da CMC, o artigo 32.º do Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, estabelece que:

1. O orçamento da CMC é elaborado e executado em obediência aos termos previstos para as Unidades Orçamentais;
2. A gestão financeira da CMC rege-se pelas regras relativas às Unidades Orçamentais e, em tudo o que não seja incompatível, pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 06 de Junho, pelo regime jurídico aplicável às entidades pertencentes ao Sector Empresarial Público e, no omissso, pelo Regulamento Interno;
3. A gestão patrimonial e financeira da CMC rege-se segundo os princípios de direito privado;
4. O património inicial da CMC é constituído pelos bens do Estado afectos aos seus serviços;
5. Integram-se no património da CMC todos os bens e demais valores adquiridos;
6. A contabilidade da CMC é elaborada de acordo com o regime da contabilidade pública, sem prejuízo da possibilidade de elaboração de contabilidade segundo o Plano Geral de Contabilidade Empresarial.

Neste quadro, apresentam-se as demonstrações financeiras da CMC, de índole pública e empresarial, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, nos termos do Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, que aprova o Estatuto Orgânico da CMC.

4.2 Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com o Regime de Contabilidade Pública

4.2.1. Balanço Orçamental

O balanço orçamental, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, demonstra a receita e a despesa autorizada, em confronto com a realizada, evidenciando a diferença resultante deste comparação, conforme mapa seguinte:

RECEITAS	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
Receitas Correntes	1.552.115.806	1.310.828.627	241.287.179
Transferências Correntes OGE	1.552.115.806	1.304.165.966	247.949.840
Receitas Consignadas	0	6.662.661	-6.662.661
Receitas de Capital	69.195.605	17.008.868	52.186.737
Transferências de Capital OGE	69.195.605	17.008.868	52.186.737
Défice	0	180.381.800	-180.381.800
TOTAIS	1.621.311.411	1.508.219.295	113.092.116

DESPESAS	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	1.552.115.806	1.441.374.427	110.741.379
Despesas com o Pessoal	1.075.040.209	1.071.886.265	3.153.944
Contribuições do Empregador	65.352.923	61.077.926	4.274.997
Bens	47.952.318	39.109.515	8.842.803
Serviços	363.770.356	269.300.720	94.469.636
Despesas de Capital	69.195.605	66.844.868	2.350.737
Aquisição de Bens de Capital Fixo	69.195.605	66.844.868	2.350.737
TOTAIS	1.621.311.411	1.508.219.295	113.092.116

4.2.2. Balanço Financeiro

O balanço financeiro apresenta a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme mapa seguinte:

RECEITAS	NOTAS	2015	2014
Orçamentais		1.327.837.495	2.296.314.395
Receitas Correntes	4.2.5.2	1.310.828.627	2.169.740.628
Transferências Correntes OGE	4.2.5.2	1.304.165.966	2.128.246.038
Receitas Consignadas	4.2.5.2	6.662.661	41.494.590
Receitas de Capital	4.2.5.2	17.008.868	126.573.767
Transferências de Capital OGE	4.2.5.2	17.008.868	126.573.767
Obrigações em Circulação	4.2.5.7	165.387.029	161.669.287
Fornecedores de Bens e Serviços	4.2.5.7	165.387.029	161.669.287
Restos a Pagar Liquidados	4.2.5.7	165.387.029	117.136.163
Restos a Pagar não Liquidados	4.2.5.7	0	44.533.123
Disponibilidades - Exercício Anterior	4.2.5.8	24.111.992	1.541.858
Disponível em Moeda Nacional	4.2.5.8	24.111.992	1.541.858
Bancos conta movimento	4.2.5.8	22.111.992	1.541.858
Outras contas (Caução)	4.2.5.8	2.000.000	0
TOTAIS		1.517.336.515	2.459.525.540

DESPESAS	NOTAS	2015	2014
Orçamentais		1.508.219.295	2.435.413.549
Despesas Correntes	4.2.5.3	1.441.374.427	2.147.170.495
Despesas com o Pessoal	4.2.5.3	1.071.886.265	947.361.048
Contribuições do Empregador	4.2.5.3	61.077.926	56.317.863
Bens	4.2.5.3	39.109.515	131.910.857
Serviços	4.2.5.3	269.300.720	1.011.580.727
Despesas de Capital	4.2.5.3	66.844.868	288.243.053
Aquisição de Bens de Capital Fixo	4.2.5.3	66.844.868	288.243.053
Disponibilidades - Exercício Actual	4.2.5.8	9.117.221	24.111.992
Disponível em Moeda Nacional	4.2.5.8	9.117.221	24.111.992
Bancos conta movimento	4.2.5.8	7.117.221	22.111.992
Outras contas (Caução)	4.2.5.8	2.000.000	2.000.000
TOTAIS		1.517.336.515	2.459.525.540

4.2.3. Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial demonstra os activos e os passivos, evidenciando o património líquido da Instituição, em 31 de Dezembro de 2015, conforme mapa seguinte:

ACTIVO	NOTAS	2015	2014
Activo Circulante		109.481.237	37.882.988
Disponível	4.2.5.8	9.117.221	24.111.992
Disponível em Moeda Nacional		7.117.221	22.111.992
Outras contas (Caução)		2.000.000	2.000.000
Créditos em Circulação	4.2.5.9	100.364.016	13.770.996
Fundo Permanente		0	1.612
Instituições Centrais		15.862.568	11.766.184
Outros Créditos		84.501.448	2.003.200
Activo Permanente	4.2.5.4	617.383.885	577.312.062
Imobilizado		617.383.885	577.312.062
Bens Móveis e Imóveis		446.620.950	431.558.790
Bens Móveis		410.105.391	418.978.790
Bens Móveis em Curso		36.515.559	12.580.000
Activos Intangíveis		170.762.935	145.753.272
Sistemas Informáticos		7.355.954	12.153.902
Sistemas Informáticos em Curso		163.406.981	133.599.370
TOTAL DO ACTIVO		726.865.122	615.195.050

PASSIVO	NOTAS	2015	2014
Passivo Circulante			
Obrigações em Circulação	4.2.5.7	466.894.316	387.708.868
Fornecedores de Bens e Serviços		209.920.152	161.669.287
Restos a Pagar Liquidados (incluindo “electrónicos”)		165.387.029	117.136.163
Restos a Pagar não Liquidados		44.533.123	44.533.123
Outras Obrigações a Pagar	4.2.5.10	256.974.164	226.039.581
Outros Encargos		256.974.164	226.039.581
Património Líquido	4.2.5.11	259.970.806	227.486.182
Saldo Patrimonial		259.970.806	227.486.182
TOTAL DO PASSIVO		726.865.122	615.195.050

4.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

As demonstrações das variações patrimoniais evidenciam as mutações verificadas no patrimônio, bem como o apuramento do resultado do exercício, conforme mapa seguinte:

	NOTAS	2015	2014
Receitas Correntes	4.2.5.2	1.310.828.627	2.169.740.628
Transferências Correntes OGE		1.304.165.966	2.128.246.038
Receitas Consignadas		6.662.661	41.494.590
Receitas de Capital	4.2.5.2	17.008.868	126.573.767
Transferências de Capital OGE		17.008.868	126.573.767
(+) Total das Receitas Orçamentais		1.327.837.495	2.296.314.395
Despesas Correntes	4.2.5.3	1.441.374.427	2.147.170.495
Despesas com o Pessoal		1.071.886.265	947.361.048
Contribuições do Empregador		61.077.926	56.317.863
Despesas em Bens		39.109.515	131.910.857
Despesas em Serviços		269.300.720	1.011.580.727
Despesas de Capital	4.2.5.3	66.844.868	288.243.053
Aquisição de Bens de Capital Fixo		66.844.868	288.243.053
(-) Total das Despesas Orçamentais		1.508.219.295	2.435.413.549
(=) Resultado Orçamental		-180.381.800	-139.099.153
(+) Mutações Patrimoniais Activas Orçamentais		66.879.868	288.243.053
Incorporações de Activos	4.2.5.3	66.879.868	288.243.053
Aquisições		66.879.868	288.243.053
Bens Móveis		36.662.627	139.328.170
Bens Intangíveis		30.217.241	148.914.884
(=) Resultado Orçamental Após Interferências / Mutações		-113.501.932	149.143.900
(+) Mutações Patrimoniais Activas Extra Orçamentais	4.2.5.12	326.341.822	2.003.200
Incorporações de Activos		326.341.822	2.003.200
Incorporações de Direitos		86.594.632	2.003.200
Outras Mutações Patrimoniais Activas		122.611.027	0
Desincorporações de Passivos		117.136.163	0
Desincorporações de Passivos		117.136.163	0
(-) Mutações Patrimoniais Passivas Extra Orçamentais	4.2.5.13	180.355.266	299.837.107
Desincorporações de Activos		64.166.972	0
Abate de Bens Móveis		64.166.972	0
Incorporações de Passivos		30.936.193	226.039.581
Incorporações de Passivos		30.934.583	226.039.581
Outras Mutações Patrimoniais Passivas		1.611	0
Ajustes de Bens e Valores a Crédito		85.252.101	73.797.526
Depreciações e Amortizações		85.252.101	73.797.526
(=) Resultado Patrimonial do Exercício		32.484.624	-148.690.007

4.2.5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com o Regime de Contabilidade Pública

Introdução

As notas explicativas incluem informações adicionais detalhadas de natureza orçamental, financeira, patrimonial, administrativa, económica, legal e social, bem como indica os critérios utilizados na elaboração das demonstrações financeiras e as ocorrências subsequentes à data de sua elaboração.

Estas notas devem ser lidas em conjunto com o capítulo “Enquadramento” (Capítulo 1) do presente relatório, pelo facto da CMC apresentar em separado as demonstrações financeiras de índole público e de índole empresarial.

4.2.5.1 Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com o regime de contabilidade pública, foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos pela instituição e de acordo com as normas e regras fundamentais estabelecidas no Regulamento do Sistema Contabilístico do Estado, aprovado pelo Decreto n.º 36/09, de 12 de Agosto.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo, em 31 de Dezembro de 2015, são, em tudo, comparáveis com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014. As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional, o Kwanza (AOA).

Os componentes do património são avaliados em moeda corrente oficial e os expressos em moeda estrangeira são convertidos ao valor da moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação.

O registo das operações contabilísticas patrimoniais, financeiras e orçamentais, sistematicamente integradas, efectuou-se pelo método das partidas dobradas, tendo por base o Plano de Contas do Estado, de forma a evidenciar a situação de bens, direitos, obrigações e património líquido, respeitado as características de fiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

Os movimentos contabilísticos encontram-se registados no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

Os critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específicas são conforme segue:

a) Imobilizado

Os componentes do activo imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção reavaliado ou actualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo as taxas de amortização aplicadas as que constam do Decreto Presidencial n.º 177/10, 13 de Agosto, com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Equipamento de Transporte: 8 Anos;
- Equipamento Administrativo: 4 a 8 Anos;
- Equipamento Informático: 4 a 8 Anos;
- Mobiliário Diverso e Social: 5 a 10 Anos;
- Outras Imobilizações Corpóreas: 4 a 8 Anos.

b) Créditos de Terceiros

Os créditos de terceiros, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor actualizado à data da avaliação.

c) Disponível

As disponibilidades em moeda estrangeira devem ser convertidas ao valor da moeda oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação, e as aplicações financeiras ser acrescidas aos rendimentos proporcionais auferidos até à data de avaliação.

d) Obrigações em Circulação

As obrigações e os encargos, conhecidos ou calculáveis, devem ser computados pelo valor actualizado à data da avaliação. As obrigações em moeda estrangeira devem ser convertidas ao valor da moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação

e) Passivos Contingentes

Quando aplicável, os passivos contingentes decorrentes de obrigações laborais, de segurança social, contratuais, operacionais, administrativas e judiciais, são

aprovisionados pelo seu valor esperado de realização.

f) Receitas

Nos termos da Lei-Quadro do OGE pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.

g) Despesas

A despesa realizada corresponde à despesa cabimentada, liquidada e paga ao longo do exercício, com suporte nas dotações do OGE e das receitas consignadas, bem como a despesa cabimentada e liquidada mas não paga e despesa cabimentada mas não liquidada que, após reconhecimento do Ministério das Finanças, será inscrita, respectivamente, em restos a pagar ou dívidas contratuais do exercício findo nos termos da legislação em vigor.

h) Especialização dos exercícios

As receitas e as despesas são incluídas no apuramento do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

4.2.5.2 Execução da receita

O Orçamento da CMC, aprovado pela Lei n.º 23/14, de 31 de Dezembro, da Assembleia Nacional, para o exercício económico de 2015, comportou receitas estimadas no montante de AOA 3.087.732.100, provenientes dos recursos ordinários do tesouro, para cobertura de despesas de igual montante e período.

Porém, e por força da quebra do barril do petróleo nos mercados internacionais, o orçamento sofreu uma redução de cerca de 47%, no mês de Abril, tendo-se situado em AOA 1.621.311.411, nos termos da Lei n.º 3/15, de 9 de Abril, que aprovou o orçamento rectificativo para o exercício de 2015.

A receita realizada corresponde às quotas financeiras com ordens de saque homologadas e pagas pela Direcção Nacional do Tesouro, devidamente homologadas, no montante de AOA 1.321.174.834, provenientes dos recursos ordinários do tesouro, assim como das receitas consignadas no montante de AOA 6.662.661.

Nos termos do artigo 6.º, do Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro, as receitas provenientes da cobrança das taxas de registo e serviços de fiscalização são depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional (CUT), cabendo à CMC a

consignação de 90% e 10% destinado à CUT.

Estas receitas provenientes de emolumentos e taxas diversas apresentam-se nas demonstrações financeiras como

foram efectivamente consignadas, não obstante o facto de não terem sido previstas aquando da elaboração do orçamento para 2015.

O défice apurado refere-se ao confronto entre a despesa realizada (AOA 1.508.219.295) e a receita efectivada com ordens de saque homologadas (AOA 1.321.174.834) e com as receitas consignadas (AOA 6.662.661).

O montante do défice decorre, assim, da incorporação da receita prevista em restos a

pagar (AOA 165.387.029) deduzido da variação dos saldos por utilizar relativamente às receitas consignadas em 31 de Dezembro de 2015 (AOA 9.117.221) e 31 de Dezembro de 2014 (AOA 24.111.992).

Ou seja, o défice apurado não corresponde a despesa realizada sem cabimentação orçamental, mas sim a diferença relacionada com o critério de reconhecimento da receita, na medida em que, apesar de terem sido cabimentadas as despesas, o pagamento das mesmas não ocorreu à data de encerramento do exercício.

4.2.5.3 Execução da Despesa

A despesa realizada corresponde à despesa cabimentada, liquidada e paga, bem como a despesa cabimentada mas não paga, ao longo do exercício, com suporte nas dotações do OGE e das receitas consignadas.

As despesas correntes foram executadas em 92,87%, face as despesas previstas, tendo registado um peso de 95,57% da despesa total, sendo que 75,12%

correspondem as despesas com o Pessoal e 20,45% correspondem as despesas com Bens e Serviços.

Importa referir, nas despesas com Bens e Serviços, a existência de cabimentada e liquidada, mas não paga, no montante de AOA 115.551.028, que será inscrita em restos a pagar nos termos da legislação em vigor, correspondendo a 7,66% da despesa realizada com Bens e Serviços.

As despesas de capital incorporam uma execução de 96,60% e representam um peso de 4,43% da despesa total, sendo que 1,30% correspondem às despesas efectivamente pagas e 3,30% às despesas cabimentadas mas não pagas no montante de AOA 49.836.000, com a seguinte estrutura:

- a) Restos a pagar “electrónicos”: AOA 47.592.711 – correspondendo as despesas relacionadas com aquisição de bens de capital, cabimentadas, liquidadas, com ordens de saque emitidas, em posse do banco, mas não homologadas à data de encerramento do exercício;
- b) Restos a pagar liquidados: AOA 2.243.289 – correspondendo as despesas relacionadas com aquisição de bens de capital, cabimentada e liquidada, mas não paga, que será inscrita em restos a pagar nos termos da legislação em vigor.

4.2.5.4 Imobilizações

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LIQUIDO
Imobilizações Corpóreas:			
Equipamento de Carga e Transporte	308.478.819	102.090.710	206.388.109
Equipamento Administrativo	17.509.697	3.939.051	13.570.646
Equipamento Informático	79.176.276	40.116.405	39.059.871
Mobiliário Diverso e Social	161.365.959	19.982.253	141.383.706
Outras Imobilizações	15.676.531	5.973.472	9.703.060
Em Curso	33.584.561	0	33.584.561
Adiantamentos por conta de imobilizado	2.930.997	0	2.930.997
Subtotal	618.722.841	172.101.891	446.620.950
Imobilizações Incorpóreas:			
Software	15.725.144	8.369.190	7.355.954
Em Curso	161.754.018	0	161.754.018
Adiantamento por Conta de Imobilizado	1.652.963	0	1.652.963
Subtotal	179.132.125	8.369.190	170.762.935
TOTAIS	797.854.965	180.471.080	617.383.885

4.2.5.5 Movimento das Imobilizações (Valores Brutos)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento de Carga e Transporte	308.478.819	0	0	308.478.819
Equipamento Administrativo	26.987.947	5.564.718	15.042.968	17.509.697
Equipamento Informático	130.187.246	3.733.243	54.744.213	79.176.276
Mobiliário Diverso e Social	142.115.442	123.302.745	104.052.228	161.365.959
Outras Imobilizações	21.400.428	227.390	5.951.286	15.676.531
Em Curso	12.580.000	23.514.561	2.510.000	33.584.561
Adiantamentos por conta de imobilizado	0	2.930.997	0	2.930.997
Subtotal	641.749.882	159.273.654	182.300.695	618.722.841
Imobilizações Incorpóreas:				
Software	15.315.514	409.630	0	15.725.144
Em curso	133.599.370	28.154.648	0	161.754.018
Adiantamento por Conta de Imobilizado	0	1.652.963	0	1.652.963
Subtotal	148.914.884	30.217.241	0	179.132.125
TOTAIS	790.664.766	189.490.895	182.300.695	797.854.966

Os aumentos do imobilizado estão reconhecidos na demonstração de variações patrimoniais como mutações patrimoniais activas orçamentais e extra-orçamentais, com as seguintes incidências:

- c) Mutações patrimoniais activas orçamentais – AOA 66.844.868, referentes aos bens adquiridos;

- d) Mutações patrimoniais activas extra-orçamentais – AOA 122.611.027, referentes aos bens adquiridos pelo Ministério das Finanças para apetrecho das instalações e afectação à actividade da CMC.

4.2.5.6 Movimento das Amortizações do Imobilizado

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AMORTIZAÇÕES		SALDO FINAL
		EXERCÍCIO	ABATES	
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de Carga e Transporte	63.295.621	38.795.089	0	102.090.710
Equipamento Administrativo	16.650.331	2.088.585	14.799.864	3.939.051
Equipamento Informático	74.379.857	19.376.437	53.639.888	40.116.405
Mobiliário Diverso e Social	48.915.180	17.382.388	46.315.315	19.982.253
Outras Imobilizações	6.950.103	2.402.024	3.378.656	5.973.472
Subtotal	210.191.092	80.044.523	118.133.723	172.101.891
Imobilizações Incorpóreas:				
Software	3.161.611	5.207.578	0	8.369.189
Subtotal	3.161.611	5.207.578	0	8.369.189
TOTAIS	213.352.703	85.252.101	118.133.723	180.471.080

4.2.5.7 Obrigações em Circulação

A rubrica de “obrigações em circulação” refere-se a dívidas a fornecedores, decorrentes de despesa cabimentada e liquidada bem como despesa cabimentada e não liquidada.

A rubrica “disponível”, no montante de AOA 9.117.221, corresponde ao saldo da conta bancária na contabilidade, denominado em moeda nacional, sendo que AOA 7.117.221 correspondem ao montante de depósitos à ordem no banco BAI e AOA 2.000.000 à caução depositada na mesma Instituição.

4.2.5.8 Disponível

4.2.5.9 Créditos em Circulação

A rubrica de “créditos em circulação”, no montante de AOA 100.364.016, é composta por:

- Receita arrecadada, para consignação, em processamento junto da Direcção Nacional do Tesouro, no montante de AOA 15.862.568;
- Receita em cobrança junto das entidades supervisionadas, no montante de AOA 84.501.448, para consignação nos termos da legislação em vigor.

responsabilidades assumidas pela CMC com fornecimentos de bens e serviços que, embora tenham cobertura no orçamento disponível, não foram cabimentadas os valores estimados em 2015, por falta de facturação atempada e de programação financeira por parte do Tesouro Nacional.

4.2.5.10 Outras Obrigações a Pagar

As outras obrigações a pagar, no montante de AOA 238.945.377, correspondem as

4.2.5.11 Património Líquido

O Património Líquido, no montante de AOA 259.970.806, inclui o resultado patrimonial do exercício no montante de AOA 32.484.624 e o saldo patrimonial inicial (de abertura) que ascende a AOA 227.486.182.

4.2.5.12 Mutações Patrimoniais Activas Extra Orçamentais

4.2.5.12.1 Incorporações de Direitos

A incorporação de direitos refere-se à facturação de emolumentos e taxas diversos que, nos termos do artigo 6.º, do Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro, encontra-se em cobrança a 31 de Dezembro de 2015.

Estes montantes são considerados receita apenas quando são transferidos da conta única (CUT) para a conta bancária da instituição (BAI Receitas).

4.2.5.13 Mutações Patrimoniais Passivas Extra Orçamentais

4.2.5.13.1 Abates de Bens Móveis

O abate de bens móveis refere-se aos bens que, por força da mudança de instalações, se encontravam em desuso por parte da CMC, e para os quais foi obtido despacho favorável do Senhor Ministro das Finanças, datado de 06/11/2015, para respectivo abate.

4.2.5.12.2 Outras Mutações Patrimoniais Activas

As outras mutações patrimoniais activas referem-se aos bens cedidos pelo Ministério das Finanças à Comissão do Mercado de Capitais no quadro do apetrechamento das instalações.

4.2.5.12.3 Desincorporação de Passivos

A desincorporação de passivos respeita à regularização, no decorrer do exercício de 2015, de parte do saldo de restos a pagar em 31 de Dezembro de 2014, em que não executou o orçamento de 2015.

4.2.5.13.2 Incorporações de Passivos

As incorporações de passivos extras orçamentais registam uma variação do saldo de encargos estimados em 31 de Dezembro de 2015 (AOA 256.970.806) e de 31 de Dezembro de 2014 (AOA 227.486.182), no montante de AOA 30.934.583, que, por falta de recepção atempada da facturação e de programação financeira, não foram cabimentadas as respectivas despesas.

4.2.13.3 Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações, em 31 de Dezembro de 2015, situaram-se em AOA 82.252.101, conforme mapa abaixo:

RUBRICAS	VALOR LIQUIDO
Imobilizações Corpóreas:	
Equipamento de Carga e Transporte	38.795.089
Equipamento Administrativo	2.088.585
Equipamento Informático	19.376.437
Mobiliário Diverso e Social	17.382.388
Outras Imobilizações	2.402.024
Subtotal	80.044.523
Imobilizações Incorpóreas:	
Software	5.207.578
Subtotal	5.207.578
TOTAIS	85.252.101

4.3 Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Empresarial (PCG)

4.3.1 BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Imobilizações Corpóreas	4	446.620.950	431.558.790
Imobilizações Incorpóreas	5	170.762.935	145.753.272
Total do Activo Não Corrente		617.383.885	577.312.062
Activo Corrente			
Outras contas a receber	9	298.704.969	163.773.087
Disponibilidades	10	7.117.221	22.113.604
Outros Activos Correntes	11	19.180.814	17.679.483
Total do Activo Corrente		325.003.004	203.566.173
TOTAL DO ACTIVO		942.386.889	780.878.235
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Fundo Patrimonial	12	48.818.623	48.818.623
Resultados Transitados	14	-235.280.624	1.776.109
Resultados do Exercício		44.570.690	-237.056.733
Total do Capital Próprio		-141.891.311	-186.462.001
Passivo Corrente			
Contas a Pagar	19	209.920.152	161.669.286
Outros Passivos Correntes	21	874.358.048	805.670.950
Total do Passivo Corrente		1.084.278.200	967.340.236
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		942.386.889	780.878.235

4.3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2015	2014
Outros Proveitos Operacionais	24	1.661.101.663	2.212.068.965
Custos com o Pessoal	28	1.174.042.187	1.117.208.903
Amortizações	29	85.252.101	73.797.526
Outros Custos e Perdas Operacionais	30	329.768.164	1.257.856.257
Resultados Operacionais		72.039.210	-236.793.720
Resultados Financeiros	31	-2.840.084	-44.308
Resultados não Operacionais	32	-24.628.436	-218.705
Resultados antes de Impostos		44.570.690	-237.056.734
Imposto sobre o rendimento		0	0
Resultados Líquidos das Actividades Correntes		44.570.690	-237.056.734
Resultados Extraordinários		0	0
Imposto sobre o Rendimento		0	0
Resultados Líquidos do Exercício		44.570.690	-237.056.734

4.3.3 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.3.3.1 Introdução

Estas notas devem ser lidas em conjunto com o capítulo de “Enquadramento” (Capítulo 1) do presente relatório. De salientar que a CMC apresenta em separado demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o regime de contabilidade pública.

4.3.3.2 Políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras

4.3.3.2.1 Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PCG) em vigor em Angola, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição e em obediência aos princípios contabilísticos, respeitando as características da relevância, da fiabilidade, da continuidade e do acréscimo.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo, em 31 de Dezembro de 2015, são, em tudo, comparáveis com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014. As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional, o Kwanza (AOA).

As Notas constantes nas demonstrações financeiras foram numeradas de acordo com o PGC e, no caso da sua não aplicabilidade, as mesmas foram omitidas.

4.3.3.2.2 Bases de Valorimetria Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A base de valorimetria global adoptada foi a do custo histórico.

A CMC não dispõe nos seus activos e passivos monetários valores registados em moeda estrangeira e todas as transacções efectuadas em moeda estrangeira foram registadas em moeda nacional, ao câmbio do dia em que elas ocorreram. Não existem saldos indexados a moeda externa, sendo portanto todos os saldos denominados em Kwanzas.

4.3.3.2.2.1 Critérios de Reconhecimento e Bases de Valorimetria Específicas

Os critérios de reconhecimento e as bases de valorimetrias específicas, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As Imobilizações Corpóreas compreendem as rubricas de Equipamento Administrativo, Equipamento Informático, Mobiliário Social, Mobiliário Diverso e Outras Imobilizações Corpóreas.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo as taxas de amortização aplicadas as que constam do Decreto Presidencial n.º 177/10, de 13 de Agosto, com as seguintes vidas úteis médias estimadas:

- Equipamento de Transporte: 8 Anos;
- Equipamento Administrativo: 4 a 8 Anos;
- Equipamento Informático: 4 a 8 Anos;
- Mobiliário Diverso e Social: 5 a 10 Anos;
- Outras Imobilizações Corpóreas: 4 a 8 Anos.

b) Imobilizações Incorpóreas

As Imobilizações Incorpóreas compreendem *software* da Instituição.

c) Contas a receber

As contas a receber encontram-se valorizadas ao valor de realização.

d) Disponibilidades

As disponibilidades em moeda estrangeira devem ser convertidas ao valor da moeda oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação, e as aplicações financeiras acrescidas aos rendimentos proporcionais auferidos até à data de avaliação.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são valorizadas ao custo histórico das transacções. O valor desta rubrica está relacionado com operações normais decorrentes da actividade da Instituição, nomeadamente Fornecedores, Estado e outros Credores.

f) Especialização de exercícios

A instituição regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de outros activos ou passivos correntes, consoante aplicável.

g) Rédito

Com excepção das receitas que decorrem da execução orçamental, o rédito da Instituição é proveniente das taxas de registo, certidão e fiscalização e é reconhecido como proveito no exercício a que respeita, independentemente do momento da facturação, pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, ou seja, ou seja, 90% do montante total dos serviços prestados.

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas

As subvenções atribuídas à instituição, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas (i.e. dotações orçamentais referentes a despesas de capital), são contabilizados em contas do balanço referentes a receitas a repartir por períodos futuros, na rubrica de outros passivos correntes e reconhecidos posteriormente como proveitos na demonstração de resultados de forma consistente com os custos relativos às amortizações das imobilizações corpóreas e incorpóreas subsidiadas.

i) Provisão para outros riscos e encargos

São constituídas provisões sempre que a instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de acontecimentos passados referente a perdas previsíveis associadas a riscos de natureza específica e provável (contingências). A valorização é efectuada pela melhor estimativa da quantia que será necessária para liquidar a obrigação.

j) Erros fundamentais

Os efeitos em capitais próprios decorrentes de erros relativos a exercícios anteriores, considerados fundamentais, são registados por contrapartida de resultados transitados.

k) Impostos sobre os lucros

A Instituição não está sujeita a imposto industrial, sendo que 94,39% da sua receita resulta das dotações do OGE e 5,61% das receitas provenientes da comparticipação de emolumentos e taxas diversas.

4.3.3.4 Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas a 31 de Dezembro de 2015 eram compostas da seguinte forma:

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LIQUIDO
Equipamento de Carga e Transporte	308.478.819	102.090.710	206.388.109
Equipamento Administrativo	17.509.697	3.939.051	13.570.646
Equipamento Informático	79.176.276	40.116.405	39.059.871
Mobiliário Diverso	161.365.959	19.982.253	141.383.706
Outras Imobilizações	15.676.531	5.973.472	9.703.060
Em Curso	33.584.561	0	33.584.561
Adiantamentos por conta de imobilizado	2.930.997	0	2.930.997
TOTAL	618.722.841	172.101.891	446.620.950

Os movimentos ocorridos na rubrica de imobilizações corpóreas foram os seguintes:

Movimento das Imobilizações Corpóreas (Valores Brutos)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Equipamento de Carga e Transporte	308.478.819	0	0	308.478.819
Equipamento Administrativo	26.987.947	5.564.718	15.042.968	17.509.697
Equipamento Informático	130.187.246	3.733.243	54.744.213	79.176.276
Mobiliário Diverso e Social	142.115.443	123.302.745	104.052.228	161.365.960
Outras Imobilizações	21.400.428	227.390	5.951.286	15.676.532
Imobilizado em Curso	12.580.000	23.514.562	2.510.000	33.584.562
Adiantamento por Conta de Imobilizado	0	2.930.997	0	2.930.997
TOTAL	641.749.883	159.273.654	182.300.695	618.722.841

Movimento das Amortizações do Imobilizações Corpóreas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AMORTIZAÇÕES		SALDO FINAL
		EXERCÍCIO	ABATES	
Equipamento de Carga e Transporte	63.295.621	38.795.089	0	102.090.710
Equipamento Administrativo	16.650.331	2.088.585	14.799.864	3.939.051
Equipamento Informático	74.379.857	19.376.437	53.639.888	40.116.406
Mobiliário Diverso e Social	48.915.181	17.382.388	46.315.315	19.982.253
Outras Imobilizações	6.950.103	2.402.024	3.378.656	5.973.472
TOTAL	210.191.092	80.044.523	118.133.723	172.101.891

4.3.3.5 Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, em 31 de Dezembro de 2015, eram compostas da seguinte forma:

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LIQUIDO
Software	15.725.144	8.369.190	7.355.954
Em Curso	161.754.018	0	161.754.018
Adiantamentos por Conta de Imobilizado	1.652.963	0	1.652.963
TOTAL	179.132.125	8.369.190	170.762.935

Os movimentos ocorridos na rubrica de imobilizações incorpóreas foram os seguintes:

Movimento das Imobilizações Incorpóreas (Valores Brutos)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Software	15.315.514	409.630	15.725.144
Em curso	133.599.370	28.154.648	161.754.018
Adiantamentos por Conta de Imobilizado	0	1.652.963	1.652.963
TOTAIS	148.914.884	30.217.241	179.132.125

O aumento registado nas imobilizações em curso, em 2015, refere-se à aquisição do sistema informático de supervisão e fiscalização e serviços conexos.

Movimento das Amortizações do Imobilizações Incorpóreas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	EXERCÍCIO	SALDO FINAL
Software	3.161.611	5.207.578	8.369.189
TOTAIS	3.161.611	5.207.578	8.369.189

4.3.3.9 Contas a Receber

As contas a receber, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, resumem-se da seguinte forma:

RUBRICAS	2015	2014
Restos a Pagar Electrónicos	47.592.711	117.136.163
Restos a Pagar Liquidados	117.794.318	0
Restos a Pagar não Liquidados	44.533.123	44.533.123
Clientes	84.501.448	2.003.200
Fornecedores de Saldos Devedores Correntes	4.042.720	100.600
Fornecedores de Saldos Devedores Imobilizado	240.649	0
	298.704.969	163.773.087

As rubricas “restos a pagar”, “electrónicos” e “liquidados” têm a natureza descrita no ponto [4.2.5.3](#). Execução da Despesa do capítulo referente às Demonstrações Financeiras Públicas.

A rubrica “restos a Pagar não liquidados” corresponde ao montante inscrito como “Dívidas Contratuais 2014” que se encontra em processamento no Ministério das Finanças.

A rubrica “clientes” refere-se às contas a receber/montante em dívida por parte de algumas das entidades supervisionadas.

4.3.3.10 Disponibilidades

A rubrica de disponibilidades, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, era composta da seguinte forma:

RUBRICAS	2015	2014
Saldo do Fundo Permanente	0	1.612
Receitas Próprias	7.117.221	22.111.992
	7.117.221	22.113.604

Nos termos do artigo 17.º, do Decreto Presidencial 320/11, de 30 de Dezembro, bem como do despacho do Senhor Ministro das Finanças, a CMC dispõe de uma conta de depósito à ordem no Banco BAI, para pagamentos de despesas de pequeno montante que, pela sua importância e celeridade, necessitam de um modo expedito de pagamento.

A CMC dispõe, igualmente, de uma segunda conta no Banco BAI, autorizada pelo Senhor Ministro das Finanças, para gestão das receitas consignadas nos termos do Decreto do artigo 6.º do Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro.

4.3.3.11 Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição da rubrica de Outros Activos Correntes é a seguinte:

RUBRICAS	2015	2014
Instituições Centrais	15.862.568	11.766.184
Ministério das Finanças	15.862.568	11.766.184
Outros Valores a Receber	2.000.000	2.000.000
Receitas Próprias (Caução)	2.000.000	2.000.000
Proveitos a Receber	1.318.246	3.913.299
Seguros	1.203.246	737.787
Outros Encargos Diversos	115.000	3.175.512
	19.180.814	17.679.483

A rubrica “Ministério das Finanças” refere-se aos emolumentos e taxas diversas que se encontram em consignação no Ministério das Finanças.

4.3.3.12 Fundo Patrimonial

A 31 de Dezembro de 2015, a composição do Fundo Patrimonial é a seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	SALDO FINAL
Fundo Patrimonial	48.818.623	48.818.623
	48.818.623	48.818.623

Esta rubrica reflecte o valor dos activos com que a tutela dotou a CMC no início da sua actividade, bem como aqueles adquiridos pela instituição antes da adopção da contabilidade patrimonial, elaborada de acordo com o PGC.

4.3.3.14 Resultados Transitados

Os movimentos ocorridos em Resultados Transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, podem resumir-se conforme quadro seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Saldo Inicial:	1.776.109	0	1.776.109
Movimentos no Período:	0	0	0
Transferência dos Resultados do exercício Anterior	0	-237.056.733	-237.056.733
	1.776.109	-237.056.733	-235.280.624

4.3.3.19 Contas a Pagar

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição da rubrica de Contas a Pagar é a seguinte:

RUBRICAS	2015	2014
Restos a Pagar Liquidados	117.794.318	117.136.163
Restos a Pagar Electrónicos	47.592.711	44.533.123
Restos a Pagar não Liquidados	44.533.123	44.533.123
	209.920.152	206.202.410

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo de contas a pagar refere-se aos valores inscritos em restos a pagar, com base na legislação em vigor, conforme descrição do ponto [4.2.5.3](#). Execução da Despesa do capítulo referente às Demonstrações Financeiras Públicas.

4.3.3.21 Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	2015	2014
Subsídios ao Investimento	617.383.885	577.312.062
Facturas em Conferência	215.578.467	0
Encargos a Pagar (Outros Encargos)	23.366.910	226.039.583
Outros Saldos Credores	17.826.535	0
Estado	167.253	2.294.535
Outras Regularizações	0	20
Fornecedores Saldos Credores Imobilizado	35.000	0
	874.358.049	805.670.950

Movimentos de Subsídios ao Investimento

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ABATES	TRANSFERÊN CIA P/ RESULTADOS	SALDO FINAL
Subsídios ao Investimento Exercício Anterior	362.652.068	0	0	0	362.652.068
Subsídios ao Investimento Exercício Corrente	214.659.995	189.490.895	-64.166.972	0	339.983.918
Proveitos Reconhecidos do Exercício Corrente	0	0	0	-85.252.102	-85.252.102
	577.312.063	189.490.895	-64.166.972	-85.252.102	617.383.885

4.3.3.24 Proveitos Operacionais

A rubrica de outros proveitos operacionais é detalhada como se segue:

RUBRICAS	2015	2014
Subsídios à Exploração (a)	1.418.513.798	2.129.991.170
Subsídios a Investimentos (b)	149.419.074	73.797.526
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (c)	93.168.792	8.280.270
	1.661.101.663	2.212.068.965

- (a) Corresponde às receitas correntes recebidas do OGE. As receitas apresentadas foram devidamente especializadas de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo, pelo que diferem da receita apresentada em termos de execução orçamental;
- (b) Corresponde à especialização contabilística das receitas de capital provenientes do OGE, cujo proveito é reconhecido de acordo com a política descrita no ponto 4.3.3.2.2.1 e) e na nota 4.3.3.21 e inclui, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, um montante total de AOA 64.166.972 relativo a desincorporação de activos (abates de bens móveis, conforme descrito na Nota 4.3.3.4. Imobilizações Corpóreas);
- (c) Em 2015, a CMC procedeu à contabilização das receitas consignadas ao abrigo Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro.

4.3.3.28 Custos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	2015	2014
Remunerações	1.070.265.258	947.484.788
Encargos s/ Remunerações	61.077.926	56.317.863
Outras Despesas com Pessoal	42.699.003	113.406.251
	1.174.042.187	1.117.208.903

A CMC paga a todos os seus colaboradores a remuneração total, a qual integra a remuneração base e os subsídios devidos. Paga ainda os subsídios de férias e de natal, os quais correspondem a totalidade da remuneração base.

Para os colaboradores que ocupam postos de chefia, a instituição também paga o subsídio de representação e a remuneração em comissão de serviço. A CMC paga os subsídios de férias e de natal no respectivo ano a que reportam.

4.3.3.29 Amortizações do Exercício

Em 2015, as amortizações do imobilizado ascenderam ao montante total de AOA.85.252.101, com a seguinte distribuição:

Imobilizações Corpóreas

RUBRICAS	2015	2014
Equipamento de Carga e Transporte	38.795.089	37.323.101
Equipamento Administrativo	2.088.585	1.864.704
Equipamento Informático	19.376.437	15.327.595
Mobiliário Diverso	17.382.388	13.520.174
Outras Imobilizações	2.402.024	2.600.340
	80.044.523	70.635.914

Imobilizações Incorpóreas

RUBRICAS	2015	2014
Software	5.207.578	3.161.611
	5.207.578	3.161.611

4.3.3.30 Outros Custos e Perdas Operacionais

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foram registados custos operacionais no valor de AOA 329.768.164, distribuídos pelos diversos itens de Fornecimentos e Serviços de Terceiros, tal como se detalha:

RUBRICAS	2015	2014
Combustíveis	2.030.636	8.722.387
Material de Consumo Corrente Especializado	5.328.301	5.341.592
Outros Materiais de Consumo Corrente	3.054.898	8.581.233
Livros e Documentação Técnica	.0	247.590
Outros Fornecimentos	27.713.929	240.682.459
Comunicação	54.459.558	58.586.389
Seguros	13.353.168	12.024.327
Rendas	3.021.597	32.864.506
Deslocações e Estadas	32.508.670	175.457.048
Conservação e Reparação	8.477.497	52.419.704
Limpeza, Higiene e Conforto	5.739.210	5.619.371
Trabalhos Executados no Exterior / Consultoria	116.383.042	456.046.300
Vigilância e Segurança	19.122.194	27.948.201
Outros Serviços	38.481.979	173.228.289
Despesas de Expediente	93.485	86.862
	329.768.164	1.257.856.256

4.3.3.31 Resultados Financeiros

A 31 de Dezembro de 2015, os Resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

RUBRICAS	2015	2014
Serviços Bancários	80.000	-44.308
Diferenças cambiais	10.794	0
Juros	-2.930.878	0
	-2.840.084	-44.308

4.3.3.32 Resultados não Operacionais

A 31 de Dezembro de 2015, os Resultados não Operacionais apresentam a seguinte composição:

RUBRICAS	2015	2014
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	4.033.239	-214.467
Ganhos em Imobilizações	2.297.764	0
Perdas em imobilizado	-34.729.311	0
Outras Perdas	-3.428.045	0
Outros	7.197.917	-4.238
	-24.628.436	-218.705

4.3.3.37 Contingências

A 31 de Dezembro de 2015, estavam identificadas contingências, decorrentes de operações ocorridas em 2009 e 2010, conforme seguidamente se descreve:

- a) Em exercícios anteriores a CMC contratou serviços no valor de AOA.43.253.083 (montante ainda por validar), não relacionados com as atribuições da Instituição e que, de acordo com as regras de enquadramento orçamental vigentes, não podem agora ser liquidados com o orçamento corrente da Instituição;
- b) Em exercícios anteriores a CMC contratou serviços, cujo valor global ascenderia a cerca de 1 milhão de euros. Esses serviços nunca terão sido prestados, subsistindo dúvidas quanto à efectiva responsabilidade da CMC para com o referido fornecedor.

4.3.3.41 Acontecimentos Após a Data do Balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de ocorrências de eventos que afectem os valores do activo, passivo e das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015.

4.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em sessão realizada a 21 de Abril de 2016, pelo que são assinadas pelos seus membros.

Luanda, 21 de Abril de 2016



Augusto Archer de Sousa Manguiera
(Presidente da Comissão do Mercado de Capitais)



Mário Edson Gourgel Gavião
(Administrador Executivo)



Mário Eglicénio Baptista Ferreira do Nascimento
(Administrador Executivo)



Patrício Bicudo Vilar
(Administrador Executivo)



Vera Esperança dos Santos Daves
(Administradora Executiva)



Ernst & Young Angola, Lda.
Presidente Business Center
Largo 17 de Setembro, nº 3
3º Piso - Sala 341
Luanda
Angola

Tel: +244 227 280 461/2/3/4
Fax: +244 227 280 465
www.ey.com

Relatório do Auditor Independente

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Comissão do Mercado de Capitais, as quais compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 726.865.122 Kwanzas e um Património Líquido de 259.970.806 Kwanzas, incluindo um Resultado patrimonial do exercício de 32.484.624 Kwanzas), e a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamental, relativos ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com o Regime de Contabilidade Pública.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com o Regime de Contabilidade Pública e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira de Comissão do Mercado de Capitais em 31 de Dezembro de 2015, e do seu desempenho financeiro relativo ao exercício findo naquela data, de acordo com o Regime de Contabilidade Pública definido no Decreto n.º 36/09 de 12 de Agosto.

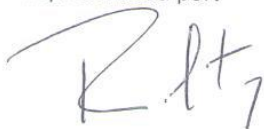
Ênfase

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto da Comissão do Mercado de Capitais apresentar em separado demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Empresarial (PGC).

Luanda, 22 de Abril de 2016

Ernst & Young Angola, Lda.

Representada por:



Rui Abel Serra Martins

Relatório do Auditor Independente

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Comissão do Mercado de Capitais, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 942.386.889 Kwanzas e um total de Capital próprio negativo de 141.891.311 Kwanzas, incluindo um Resultado líquido do exercício de 44.570.690 Kwanzas), e a Demonstração dos Resultados por Naturezas relativa ao exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira de Comissão do Mercado de Capitais em 31 de Dezembro de 2015, e do seu desempenho financeiro relativo ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Ênfase

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto da Comissão do Mercado de Capitais apresentar em separado demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Regime de Contabilidade Pública estabelecido no Decreto n.º 36/09 de 12 de Agosto, conforme exigido pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, que aprova o Estatuto Orgânico da Instituição.

Luanda, 22 de Abril de 2016

Ernst & Young Angola, Lda.

Representada por:



Rui Abel Serra Martins

5. CAPITAL HUMANO

5.1 Pessoal

A Comissão do Mercado de Capitais, excluindo os Membros do CA, conta actualmente com um total de 128 colaboradores, entre o pessoal do quadro e o pessoal eventual.

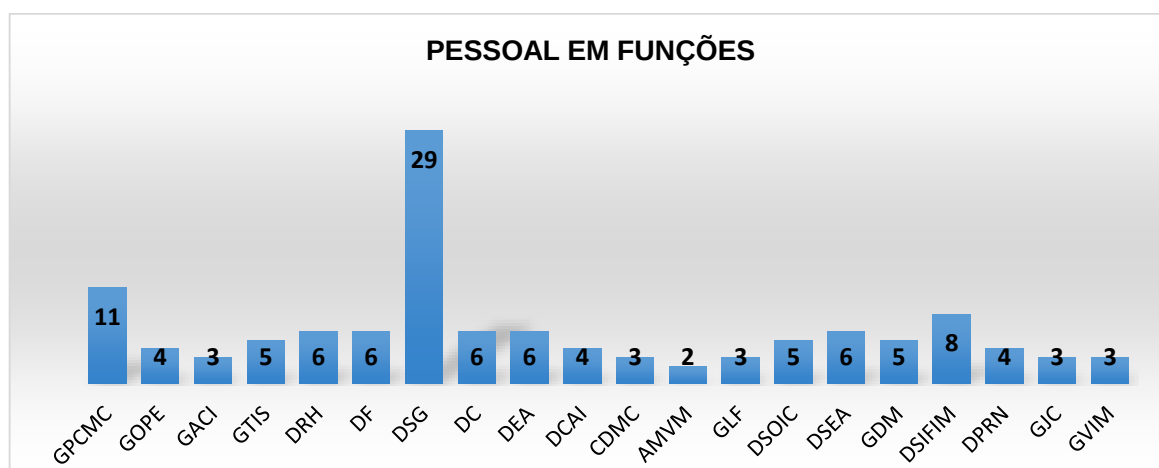


5.2 Pessoal do Quadro

No que diz respeito ao pessoal do quadro, a CMC conta com 115 (cento e quinze) colaboradores, dos quais 108 em exercício de funções, 3 em comissão de serviço na BODIVA, 1 em colaboração temporária na BODIVA, 1 em comissão de serviço no Ministério das Finanças e 2 em licença laboral.

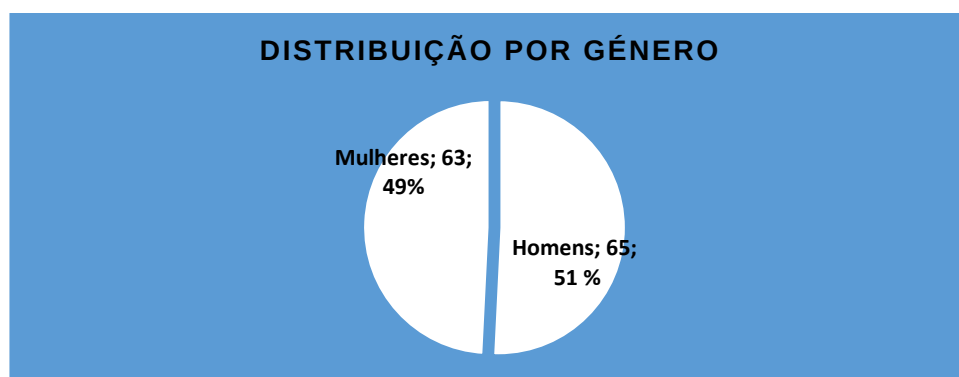
5.3 Pessoal Eventual

No que diz respeito ao pessoal eventual, a CMC conta com 13 colaboradores, todos afectos ao Departamento de Serviços Gerais e pertencentes à banda funcional auxiliar, que visam fundamentalmente garantir a higiene, manutenção e transporte na Instituição.



5.4 Distribuição por Género

No que diz respeito a distribuição do pessoal por género, do total de Colaboradores da Comissão do Mercado de Capitais, 63 são do sexo feminino e 65 pertencem ao sexo masculino.



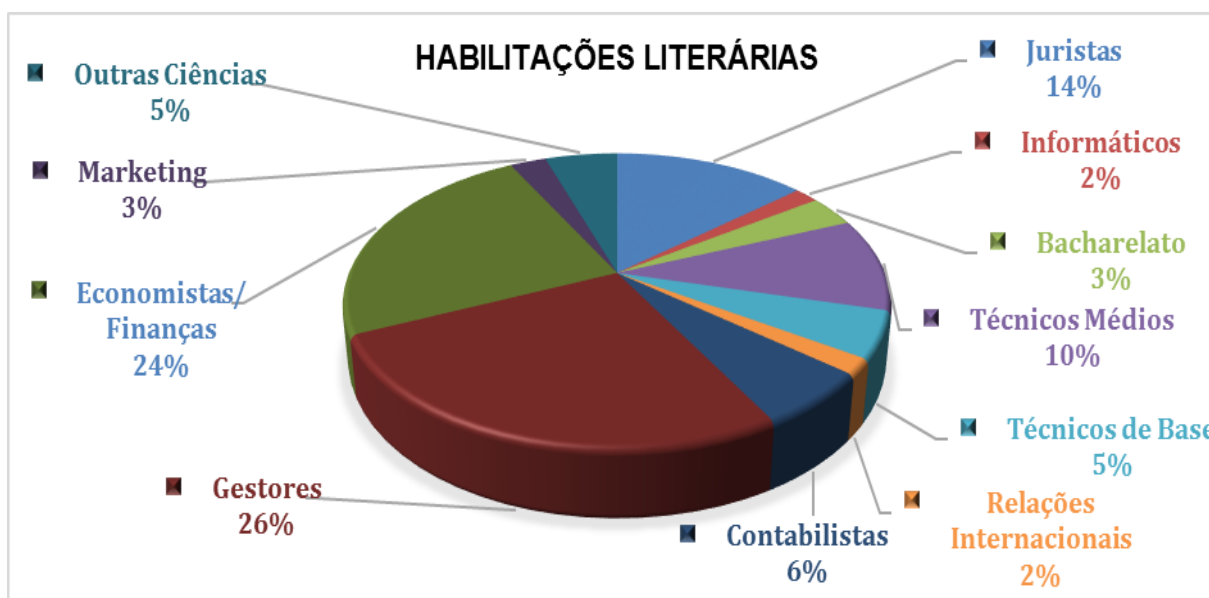
5.5 Experiência Profissional

Relativamente à experiência profissional dos colaboradores da CMC, registamos os dados seguintes:



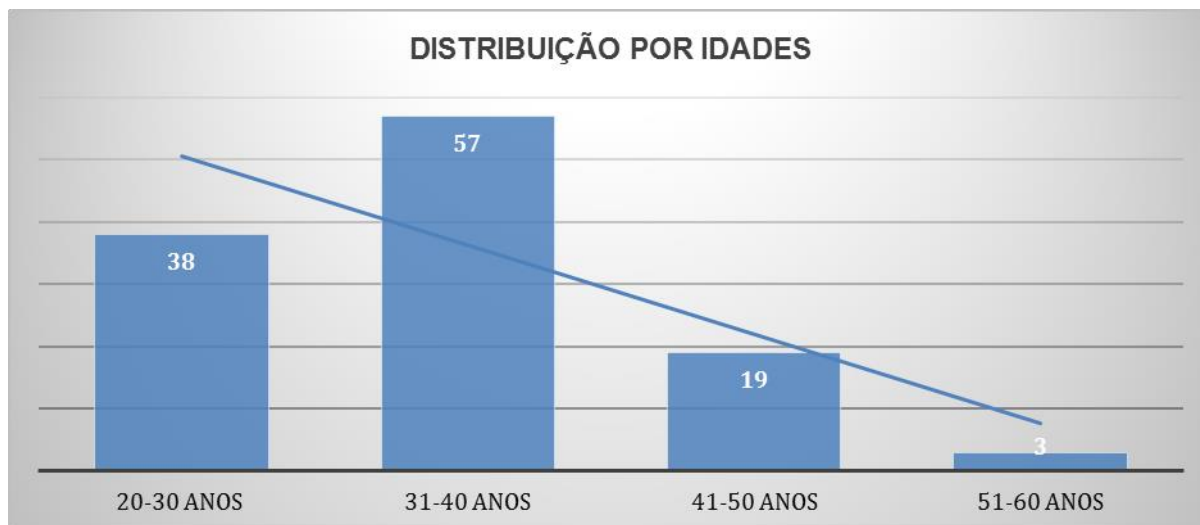
5.6 Habilitações Literárias

Relativamente às habilitações literárias, a CMC conta no quadro de pessoal com 99 (noventa e nove) técnicos superiores, dos quais 2 (dois) Doutorados, 17 (dezassete) Mestrados e 80 (oitenta) Licenciados, 12 (doze) técnicos médios e 6 (seis) técnicos de base.



5.7 Distribuição por Idades

A média de idade dos colaboradores da CMC é de 35 anos. Está prevista a passagem à reforma de apenas um colaborador a médio prazo.



5.8 Recrutamento

No que concerne à obtenção de Recursos Humanos, visando o reforço das competências existentes e o cumprimento da missão da CMC à luz do Plano Estratégico e da nova estrutura orgânica vigente na Instituição, durante o ano de 2015 procedeu-se a 33 (trinta e três) novas contratações, sendo 20 (vinte) para o pessoal do quadro e 13 (treze) para o pessoal eventual, representando cerca de 26% do total de colaboradores.

5.9 Mobilidade

Relativamente à mobilidade interna, durante o período em referência registaram-se 24 (vinte e quatro) processos de mobilidade, sendo predominante a mobilidade horizontal com 20 processos e a mobilidade diagonal com 4 processos, representando um percentual de rotação de pessoal na ordem dos 22% do quadro total de pessoal em exercício de funções.

5.10 Formação

No que respeita à formação e ao desenvolvimento do capital humano da CMC, tendo em conta as restrições orçamentais, durante o período em referência, foram realizadas 19 (dezanove) acções de formação e 28 (vinte e oito) sessões de workshops internos no âmbito do programa “Descascar CMC”, totalizando ambas 937 horas de formação, que contaram com a participação de um universo de 106 colaboradores, representando 88% do pessoal em funções.



Neste sentido, no desígnio da formação mereceram destaque as acções ligadas ao Direito de Valores Mobiliários, Análise Estatística e Financeira, sobre a Plataforma Electrónica de Supervisão *Kilundu*, bem como temáticas relacionadas com o Apoio Administrativo, a Organização Interna e o programa de Língua Inglesa em curso na instituição.

5.11 Estágios

A CMC desenvolveu ao longo de 2015 um programa de estágios internos académico-profissionais, no âmbito da promoção e divulgação do mercado de valores mobiliários, dirigido fundamentalmente a estudantes recém-licenciados e finalistas, com o intuito de facultar aos estagiários uma experiência profissional em contexto real de trabalho sobre a organização e funcionamento do mercado de valores mobiliários, seus instrumentos e intervenientes, com destaque para as atribuições, missão e estratégia de actuação da CMC.

Assim, ao longo de 2015 foram desenvolvidos cinco programas de estágios, realizados nas áreas de supervisão, jurídica e contencioso, estudos, desenvolvimento do mercado e de comunicação e apoio ao investidor.

5.12 Avaliação de Desempenho

Com o fito de assegurar o alinhamento da estratégia, dos processos e do capital humano, contribuindo deste modo para maximizar a performance global da CMC, decorreu de 18 de Novembro a 08 de Dezembro de 2015 o processo final de avaliação de desempenho referente ao ano de 2015, que contou com a participação de 106 colaboradores, representando 100% do pessoal do quadro em exercício de funções.

Este processo foi realizado de forma automatizada, com desenvolvimentos internos realizados pelo Gabinete de Tecnologias de Informação e Segurança, tendo para o efeito sido utilizados aplicativos informáticos da Microsoft, nomeadamente Microsoft Excel, Microsoft Visual Basic Application (VBA), Microsoft Word 2013, Microsoft Infopath, com o suporte da plataforma intranet da CMC Share Point 2013.